



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

DIRETORIA - CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA - CCN-Diretoria

Rod. Lauri Simões de Barros km 12 - SP-189, s/n - Bairro Aracaçu, Buri/SP, CEP 18290-000

Telefone: (15) 3256-9004 - <http://www.ufscar.br>

Ofício nº 116/2025/CCN-Diretoria

Buri, 26 de agosto de 2025.

Para:
Conselho Universitário

Assunto: Proposta de novos cursos para o Centro de Ciências da Natureza - Campus Lagoa do Sino

Prezados(as) Senhores(as),

Encaminho, para apreciação e deliberação do Conselho Universitário (ConsUni), as propostas de novos cursos para o campus Lagoa do Sino.

Essas propostas foram aprovadas e ordenadas durante a 108ª reunião extraordinária do Conselho do Centro de Ciências da Natureza (CoC/CCN), realizada em 28 de julho de 2025. A decisão está registrada na certidão de ata da referida reunião, que segue anexa junto aos documentos de cada curso.

A ordem de prioridade aprovada foi a seguinte:

1. Licenciatura em Pedagogia (noturno);
2. Psicologia com Ênfase em Desenvolvimento Sustentável e Saúde Comunitária (noturno);
3. Bacharelado em Relações Internacionais (noturno);
4. Medicina Veterinária com Linha de Formação em Conservação (integral);
5. Nutrição (noturno);
6. Arquitetura e Urbanismo com Linha de Formação em Ambiente e Desenvolvimento Territorial (noturno);
7. Licenciatura em Educação Especial (noturno); e
8. Licenciatura Interdisciplinar em Ciências da Natureza e Matemática (noturno).

Atenciosamente,

PROF. DR. FÁBIO GRIGOLETTO

Presidente do Conselho do Centro de Ciências da Natureza



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Grigoletto, Diretor(a) de Centro**, em 26/08/2025, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufscar.br/autenticacao>, informando o código verificador **1967970** e o código CRC **42E7262E**.

Referência: Caso responda a este documento, indicar expressamente o Processo nº 23112.027699/2025-50

SEI nº 1967970

Modelo de Documento: Ofício, versão de 02/Agosto/2019



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

DIRETORIA - CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA - CCN-Diretoria

Rod. Lauri Simões de Barros km 12 - SP-189, s/n - Bairro Aracaçu, Buri/SP, CEP 18290-000

Telefone: (15) 3256-9004 - <http://www.ufscar.br>

CAR nº 73/2025/CCN-Diretoria

Certidão de Ata da 108ª Reunião Extraordinária do CoC/CCN

Data e horário: 28/07/2025 às 13h30

Local: Anfiteatro do Ciclo Básico 2, com acesso pelo link: <https://meet.google.com/wos-dojh-hvx>

Presidência: Prof. Dr. Fábio Grigoletto

Secretária: Aline Elena Carneiro do Nascimento

Membros presentes: Prof. Dr. Fábio Grigoletto (Presidente do CoC-CCN), Profa. Dra. Júlia Silva Silveira Borges (Vice-presidente do CoC-CCN); Prof. Dr. Aldenor da Silva Ferreira (Coordenador do curso de graduação em Administração); Prof. Dr. Edison Tutomu Kato Junior (Coordenador do curso de graduação em Engenharia de Alimentos); Prof. Dr. Daniel Silveira Pinto Nassif (Vice-coordenador do curso de graduação em Engenharia Agrônômica); Prof. Dr. Rafael de Oliveira Tiezzi (Coordenador do curso de graduação em Engenharia Ambiental); Prof. Dr. José Augusto de Oliveira David (Coordenador do curso de graduação em Ciências Biológicas); Prof. Dr. Caio Luis Chiariello (Coordenador do curso de Bacharelado em Administração, com linha de formação em Sistemas Agroindustriais da Agricultura Familiar), Prof. Dr. Ricardo Serra Borsatto (Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Conservação e Sustentabilidade); Prof. Dr. Vlamir José Rocha (Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Conservação da Fauna); Dr. Daniel Mendes Borges Campos (Representante técnico-administrativo). Conforme lista de presença nº 38/2025.

Participaram como ouvintes: Thales Augusto Medeiros; Tiago Santi; Jaqueline Rodrigues; Ueslei Lopes; Thiago Calsolari; Thiago Spezzotto de Souza; Roberta Barros Lovaglio; Jaqueline Soares; Danielle Gonzalez; Joelson Carvalho; Henrique Carmona; Lissandra Pinhatelli; Prof. Dr. Alberto Luciano Carmassi (Diretor do Campus Lagoa do Sino); Fernando Vicentini; Gabriel Souza; Fabiele Sabrina Veiga Lima; Luis fernando castanho de Almeida; Gustavo Mastrodomenico; Luiz Antonio Grinis Nalini; Beatriz Aparecida da Costa; Marcelene Benjamin de Brito Calisto; Beatriz Camargo Barros de Silveira Mello; Paulo Castanho; Patricia Corrado dos Santos; Sandra Cristina Rochel; Natália de Lima Fávaro; Breno Fabiano Mateus Monteiro; Sonia Faria Cintra de Jesus; Jeferson Felipe Silvestre; Gustavo Grandini Bastos; Monica Helena Marcon Teixeira Assumpção; André Marcondes Andrade Toledo; Marcia Maria Floriano Zacarias; Claudia Marisse dos Santos Rotta; Sinara Oliveira Dal Farra; Jorge Pantoja; Larissa Pasquini Sarno; Ana Paula Siqueira Soares; Andreia Pereira Matos; Luciana Raffi Menegaldo Ferreira; Vinicius Rainer Boniolo; Claudia Regina Gomez Salles; André Ricardo Ghidini; Carolina Silva Loureiro Camargo; Danilo Stipp; Renato Tywynako Spinelli; Elissandra Ulbricht Winkaler.

2. ORDEM DO DIA

2.1. Apreciação e deliberação das propostas de cursos novos do campus Lagoa do Sino. Os anexos foram enviados aos membros para subsidiar a discussão, conforme seguem:

- a) Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSCar 1928330

- b) Proposta para Implantação do Campus Rural Lagoa do Sino da UFSCar 1928331
- c) Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar 1928332
- d) Relatório do GT Lagoa do Sino 1928335
- e) Relatório do GT Novos Cursos 1928337
- f) Proposta de criação do curso: Relações Internacionais 1928367
- g) Proposta de criação do curso: Medicina Veterinária com linha de formação em Conservação 1928371
- h) Proposta de criação do curso: Arquitetura e Urbanismo com linha de formação em Ambiente e Desenvolvimento Territorial 1928375
- i) Proposta de criação do curso: Psicologia com Ênfase em Desenvolvimento Sustentável e Saúde Comunitária 1928376
- j) Proposta de criação do curso: Nutrição 1928378
- k) Proposta de criação do curso: Licenciatura em Educação Especial 1928382
- l) Proposta de criação do curso: Licenciatura Interdisciplinar em Ciências da Natureza e Matemática 1928384
- m) Proposta de criação do curso: Licenciatura em Pedagogia 1928393
- n) Pareceres emitidos pelas áreas mediante análise das propostas de novos cursos de graduação 1930421

A reunião foi aberta pela Diretoria do CCN, que agradeceu a presença dos participantes. Antes de apresentar brevemente a dinâmica proposta para a condução dos trabalhos na reunião, o Prof. Fábio Grigoletto, presidente do colegiado, solicitou ao pleno autorização para abrir sala de videoconferência para possibilitar a participação de ouvintes. Destacou que a tramitação de propostas de novos cursos não se encerra nos colegiados locais, mas sim nas instâncias superiores da universidade, enfatizando também a necessidade de considerar a temporalidade da tramitação no governo federal que poderá suceder a finalização dos procedimentos internos. Explicou que aquela era uma reunião extraordinária e que foi feita a opção pela realização em modalidade presencial buscando garantir condições plenas de eficácia, já que são recorrentes oscilações de internet no Campus Lagoa do Sino, de modo que a utilização da modalidade remota poderia resultar na inviabilização da deliberação naquele dia. Argumentou por fim que, estando ali reunido o pleno do CoC-CCN em caráter presencial e considerando o interesse da comunidade acadêmica pela pauta da reunião, era razoável abrir a possibilidade de acompanhamento remoto para ouvintes, proposta prontamente aceita pelos membros do colegiado. Dando prosseguimento, foi destacada a importância desta reunião, cuja pauta única é a definição dos cursos que deverão ser abertos no campus nos próximos anos. Explicou que o debate sobre novos cursos começou no final de 2023, quando o MEC solicitou que fossem indicados três cursos e estabeleceu um curto prazo para a resposta, sendo feita uma indicação inicial como ponto de partida para a abertura do diálogo com a comunidade acadêmica em seguida, e não como definição final. A partir disso, foi criado o GT de Novos Cursos e elaborado um cronograma, iniciado em 28 de maio de 2025, que incluiu a apresentação de relatório do grupo de trabalho seguido da abertura de chamada de propostas e posterior apreciação das mesmas pela Comissão Assessora Interdisciplinar. Reforçou que o indicativo da possibilidade política de retomada do Projeto de Implantação do campus Lagoa do Sino, estabelecido originalmente em 2012-2013, é entendido como oportunidade para consolidar o campus, possibilitando captação de recursos e novos investimentos. Relembrou as etapas percorridas, com a apresentação da trajetória do processo de discussão acerca da criação de novos cursos, destacando que o mesmo teve início no final de 2023 e foi marcado por uma postura de colaboração interinstitucional:

- 28/05/2025: apresentação da lógica e cronograma de tramitação;
- 11/06/2025: relatório do GT de Novos Cursos;
- 12/06 a 04/07/2025: chamada de propostas de novos cursos;

- 08/07/2025: apresentação das propostas recebidas;
- 10 a 24/07/2025: apreciação das propostas pela Comissão Assessora Interdisciplinar;
- 24/07/2025: realização de reunião aberta para apresentação de pareceres e debate ampliado.

O Diretor ressaltou que o processo foi instruído de modo a seguir os trâmites previstos no regimento geral de graduação da UFSCar, incluindo justificativas de pertinência social, definição de vagas, turno de funcionamento e duração de curso, além da elaboração e aprovação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) pelas instâncias acadêmicas e administrativas competentes. As propostas recebidas foram:

- Bacharelado em Relações Internacionais;
- Medicina Veterinária com Linha de Formação em Conservação;
- Arquitetura e Urbanismo com Linha de Formação em Ambiente e Desenvolvimento Territorial;
- Psicologia com Ênfase em Desenvolvimento Sustentável e Saúde Comunitária;
- Nutrição;
- Licenciatura em Educação Especial;
- Licenciatura Interdisciplinar em Ciências da Natureza e Matemática;
- Licenciatura em Pedagogia.

Informou que, durante os debates anteriores oportunizados pela etapas preliminares de discussão que foram estabelecidas pela Diretoria do CCN, houve consenso sobre o momento estratégico para abertura de novos cursos, mas foram apontados limites de infraestrutura física, corpo docente e técnico. Foi destacada a maior viabilidade de implantação no período noturno. Por fim, destacou a convergência relativa em torno da necessidade de ajustes nas propostas, como revisão de turnos e fusão de cursos, o que poderá ocorrer na fase de elaboração de PPCs no caso das propostas aprovadas. Destacou que o objetivo da deliberação é a definição de três propostas de cursos para implantação no curto prazo, considerando que já foi indicado ao MEC o interesse na abertura imediata. Informou que, no último diálogo com a reitoria, foi informado de que as vagas efetivas para docentes e técnicos ainda não haviam sido distribuídas para a UFSCar, lembrando que não houve negociação com o MEC sobre a temporalidade específica da implantação dos três cursos adicionais que permitirão completar o total de 6 cursos necessários para alcançar a previsão estabelecida no Projeto de Implantação original. Apresentou também as premissas propostas como baliza para a deliberação:

- Prioridade para cursos com possibilidade de implantação no período noturno;
- Evitar a possibilidade de sobrecarga do corpo docente e técnico atual com novas cargas horárias decorrente da abertura dos novos cursos;
- Alinhamento aos eixos de implantação do campus Lagoa do Sino;
- Garantia de excelência na oferta, evitando riscos de implementação aquém do esperado;
- Antecipação de dificuldades de atração e permanência de docentes e técnicos.

Em seguida, apresentou a proposta de encaminhamento da presidência do CoC-CCN para implantação em curto prazo, os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Psicologia e Nutrição (com oferta no período noturno). Em seguida, o diretor abriu inscrições para manifestações.

O prof. Nassif pontuou que a discussão sobre as propostas não previu estudos sobre o preenchimento de vagas, questão considerada importante. Ressaltou que a universidade, e não apenas o campus, já enfrenta um déficit de candidatos e estudantes em relação às vagas disponíveis. Outra preocupação levantada referiu-se à criação de cursos noturnos. Considerando que o campus está localizado em uma área afastada dos núcleos urbanos circundantes, foi questionada a viabilidade do transporte de alunos. Dando prosseguimento, recordou que, na reunião de apresentação do cronograma interno de tramitação

para propostas de novos cursos, surgiu a proposta de hierarquizar as propostas recebidas para garantir o aproveitamento dos esforços e do debate que seria então suscitado. Pontuou que a sugestão da Diretoria ia em outra direção, já que era elencar os seis cursos a serem debatidos, e, posteriormente, definir as prioridades entre os três primeiros e os três últimos em termos de condução. Prof. Fábio fez breve interrupção argumentando que a definição da forma de condução permanecia aberta. Retomando sua fala, Prof. Nassif recordou que, em reunião anterior do Conselho, foi discutida a necessidade de um pensamento estratégico para o campus. Questionou, então, se a abordagem proposta pela Direção em favor da criação de cursos com oferta em período noturno não implicaria abdicar da possibilidade de usar a oportunidade aberta para captar novos investimentos.

Foi expressa uma preocupação significativa com o investimento de tempo nas discussões e a chance de as propostas não se concretizarem. Apesar de a vinda do presidente ter gerado a promessa de novos cursos, não há sinalização de docentes para nenhum dos oito cursos propostos. Estima-se a necessidade de contratação de docentes e técnicos, além de investimentos em gabinetes e ampliação das contratações de terceirizados para período noturno. Questionou, então: existe o risco de isso não acontecer? Esses questionamentos foram apresentados com o intuito de direcionar a discussão para um consenso.

Em resposta, a Diretoria afirmou que o anúncio da retomada do projeto de implantação no evento de celebração dos 10 anos do Campus Lagoa do Sino não podia ser tomado como algo trivial. Destacou que essa retomada foi incluída no planejamento do governo federal mediante a solicitação realizada pelo MEC que havia sido mencionada no início da reunião. O posicionamento da Diretoria do CCN em sua resposta contemplo também a quantificação das vagas de docente e técnicos-administrativos necessárias. Desdtacou que o que ainda não ocorreu foi a distribuição das vagas entre os campi, o que envolve um trâmite burocrático de temporalidade alargada.

A Diretoria não acredita no risco de "não acontecer nada". No entanto, o desenvolvimento dos cursos a médio e longo prazo dependerá da atuação da comunidade e de como as decisões tomadas hoje se desdobrarão em ações políticas, especialmente com o apoio da gestão central na retomada do projeto de implantação. O cenário atual é visto como o mais positivo possível, já que a retomada do projeto de implantação se deu no contexto do anúncio de obras de infraestrutura básica no campus que já se encontram em andamento ou em contratação. Ponderou, por outro lado, que obras de infraestrutura física levam tempo, exigindo que seja considerado o risco de iniciar cursos com mais exigência em termos de infraestrutura sem contar com as mesmas, o que poderia implicar riscos inaceitáveis do ponto de vista da qualidade do ensino, considerando a alta expectativa da sociedade em relação às universidades federais. Destacou que a preferência por cursos noturnos implica um compromisso da Diretoria com a qualidade do gasto público, já que valorização do espaço físico já instalado também no período noturno não é mero oportunismo, mas sim aproveitamento do mesmo nos momentos em que se encontra ocioso. Assim, a implantação de cursos noturnos implicaria a ampliação da utilidade do investimento já realizado e também um aceno decisivo para a população do território que não tem condições de abdicar do trabalho para estudar em período integral. Em relação ao preenchimento de vagas, a Diretoria explicou que embora as propostas não tenham necessariamente apresentado dados inéditos sobre essa questão, ela havia sido amplamente debatida ao longo do processo de tramitação que antecedeu aquela reunião e que o tema poderia ser objeto de debate também naquele momento.

O prof. José Augusto trouxe à discussão os pontos debatidos na área de Ciências Biológicas, destacando a importância de registrá-los. A maioria dos docentes da Biologia acredita que não é o momento ideal para a abertura de novos cursos, considerando tanto o aspecto financeiro quanto a disponibilidade de espaço físico, corpo docente e técnicos. Foi ressaltado, de forma objetiva, que a área de Biologia se preocupa com a carga horária dos docentes. Historicamente, a Biologia tem apresentado uma das maiores cargas horárias entre os docentes. Embora tenham atingido uma média mais próxima da normalidade no centro recentemente, a área, como ciência básica, constantemente ministra aulas para outros cursos e que o mesmo se daria no caso das propostas de novos cursos apresentadas. Por essa razão, a área gostaria que ficasse registrado que não há intenção de contribuir ministrando aulas para as propostas apresentadas. Em relação ao parecer da área sobre o curto, médio e longo prazo, consideraram 2027 como o prazo viável para a abertura de um curso de qualidade, independentemente da proposta. A área não acredita

que 2026 seja um prazo hábil para tal. Por fim, foi mencionada a questão do uso dos laboratórios. Embora se discuta muito sobre salas de aula, há laboratórios que já são extremamente utilizados, e as novas propostas intensificariam ainda mais o uso desses espaços. Assim, solicitam que seja dada atenção a essa questão.

O prof. Rafael informou que a Engenharia Ambiental se reuniu e entende que a instituição deve abrir novos cursos. Com base em sua experiência universitária pretérita, ele acredita ser crucial aproveitar a oportunidade, especialmente porque o anúncio veio do presidente e já está no orçamento. Argumentou que dificilmente surgirá novamente uma janela de oportunidade para seis cursos. Em relação à infraestrutura, reconheceu que todo crescimento exige esforço e adaptação, como a necessidade de docentes se desdobrarem. No entanto, ele reiterou que, em termos de legado para a UFSCar, esta oportunidade não pode ser perdida. Afirmou que a importância da UFSCar e a motivação de transformar a fazenda em patrimônio público superam as questões pessoais de carga horária. Sugeriu que a reunião de hoje resulte em uma articulação para três cursos imediatos e três cursos para serem abertos em 2027.

O Prof. Edison iniciou sua fala contextualizando o processo de discussão interna da área de Engenharia de Alimentos, que se reuniu em dois momentos distintos. No primeiro, docentes foram convidados a debater e expressar seus posicionamentos. Posteriormente, o conselho foi convocado para deliberar e apresentar sua posição nesta reunião. Foi esclarecido que, apesar de não haver unanimidade, há consenso na área, no sentido de que a decisão da maioria será apoiada por todos, visando manter a união do grupo. Inicialmente, a área de Engenharia de Alimentos considerou que não seria o momento para a abertura de novos cursos, questionando se algum dos cursos já implantados em Lagoa do Sino já estaria consolidado. A avaliação é que nenhum curso está consolidado a ponto de não necessitar de mais investimento. No entanto, reconhece-se o momento político atual. Ele aproveitou o momento para levantar a questão da ausência de departamentos na estrutura atual. Na sua posição de coordenador de curso, ele observa que, idealmente, sua preocupação deveria ser com o próprio curso. No entanto, ao discutir novos cursos, essa perspectiva se altera.

Foi explicitado que, pessoalmente, como coordenador, ele percebe que diversos cursos a serem apoiados pela área podem representar um risco para o curso de Engenharia de Alimentos. Contudo, ele não pode se posicionar individualmente contra, pois, neste momento, sua representação é a da área, que, em uma estrutura ideal, seria a função de um chefe de departamento, que indica a posição da área. Neste ponto, o Prof. Fábio Grigoletto fez uma intervenção para esclarecer que a comissão assessora, onde há representação de todas as áreas que compõem o corpo docente do CCN, não é deliberativa, mas sim uma instância consultiva do CoC-CCN. Destacou que a posição da área já foi explicitada nos pareceres emitidos pela Comissão Assessora e que estes constavam como documentos assessórios à instrução para a pauta da presente reunião, de modo que todos ali presentes tiveram acesso a eles. O coordenador reforçou que sua preocupação individual não pode ser expressa publicamente, pois representa a posição do grupo.

O prof. Aldenor apresentou dados sobre vagas ociosas nas diversas áreas do campus, ressaltando que esse é um ponto importante. Ele destacou que o campus se encontra diante de um dilema: escolher entre cursos com demanda comprovada, mas que exigem maior investimento e infraestrutura, ou cursos que não demandam tanto dinheiro nem infraestrutura, mas que, por outro lado, não possuem grande procura (baixa relação candidato/vaga no ENEM), como é o caso das licenciaturas. Ele também abordou a unanimidade em torno da Pedagogia, mas criticou a ideia de que alguns cursos seriam "baratos" ou não precisariam de infraestrutura, pois essa foi uma crítica geral feita a todas as propostas. Afirmou que "não tem proposta fácil", e que todas requerem investimento financeiro, pelo menos 15 docentes e laboratórios. Portanto, o ponto central é que "não tem curso barato", todos são caros e demandarão infraestrutura, mesmo que alguns em menor grau. No entanto, cursos mais caros, como a Medicina Veterinária, também podem trazer mais recursos, além de possibilitar parcerias e auto financiamento. Lembrou a fala do Presidente, em sua visita ao campus, onde expressou o desejo de transformar o campus em uma universidade com todos os cursos rurais necessários ao país, reafirmando a "pegada rural" do campus. Nesse contexto, a Medicina Veterinária foi defendida como um curso alinhado a essa vocação, pois está dentro da chamada área de Ciências da Natureza e possui alta demanda.

Enfatizou que "não existe essa história de tempo" desfavorável. Ele recordou que os cursos de

Administração e Biologia foram abertos em 2016/2017, em pleno impeachment da Presidenta Dilma e estabelecimento do governo Temer, e que os concursos para docentes ocorreram nesse período. O cenário atual é considerado "o melhor que tem", com o presidente tendo visitado o campus, a reitora com bom trânsito no MEC e a presença do próprio Camilo Santana. A proposta é aprovar os seis cursos, diferenciando aprovação de implementação. A ideia é aprovar e buscar a implementação dos três primeiros, e depois dos outros três. O objetivo é que o campus "entre para a história" com 11 cursos, tornando-se o terceiro maior campus da UFSCar, ultrapassando Araras e São José do Rio Preto, e se aproximando de Sorocaba. Ele reconheceu que a jornada terá desafios, pois "não tem curso barato" e todos exigirão concursos, técnicos e salas. No entanto, ressaltou que, historicamente, o Estado é quem impulsiona o desenvolvimento, criando demanda. Foi feita uma menção e agradecimento a Luiz Manuel e Raduan por terem "peitado" a criação de cursos anteriores, sem os quais muitos não estariam hoje na instituição. A mensagem final é para que a comunidade "encare essa jornada e vamos para a frente".

O Prof. Ricardo iniciou sua fala agradecendo e parabenizando a Diretoria pela condução do processo de construção dos cursos, destacando que "construir cursos de universidade não é um processo fácil". Ele elogiou a entrega do documento ao MEC, a abertura da comissão de apoio e a consulta à comunidade. O Conselheiro Ricardo, fazendo um eco a falas anteriores e a sua própria experiência, relembrou a decisão de abertura da Biologia e da Administração. Ele questionou a plateia sobre o que o campus seria hoje sem esses dois cursos, expressando a convicção de que "não seríamos nada, já estaríamos fechados". Para ele, abrir a universidade "resolve muitos dos problemas que nós enfrentamos". Ele argumentou que não existem campi interiorizados pequenos com grande procura de pessoas, e que o crescimento do campus, por si só, resolve muitos dos problemas atuais. Fez referência ao "sonho do Raduan" de uma grande universidade, sonho compartilhado por aqueles que chegaram no início da instituição. Foi por essa visão que, no começo, mesmo em um cenário "completamente adverso, muito pior que o atual", decidiu-se pela abertura de mais dois cursos com o corpo docente já existente. Essa decisão, embora tenha sido difícil e "doeu muito durante muitos anos", foi "altruísta" e visava um "projeto maior". Ele reconheceu que as questões pessoais são importantes, mas enfatizou que este é um "momento histórico". Manifestou sua felicidade em fazer parte desse momento e parabenizou a Diretoria por aceitar o desafio de continuar crescendo e se consolidar. Concordou que nenhuma instituição pública está "consolidada", pois "está sempre em consolidação".

Para finalizar, expressou sua opinião de que o mais importante hoje não é qual curso será aprovado, mas sim a decisão de "abraçar" a abertura de três cursos. Em um ponto de discordância com a Diretoria, ele argumentou que, como já há negociação com o MEC para seis cursos, a decisão deveria ser de abrir os seis e, inclusive, tentar mais.

Ele solicitou que a decisão fosse tomada com "muito carinho", pois é uma decisão pequena em comparação com a magnitude de abrir mais seis cursos. O Conselheiro Ricardo parabenizou a Diretoria e a todos pela coragem, reafirmando a importância de entrar "pela porta da frente da história".

O prof. Caio, representando a área de Administração, iniciou sua fala parabenizando a condução do trabalho e as discussões recentes. Ele enfatizou que, no contexto universitário, um mês ou dois a mais para a implantação dos cursos não fará grande diferença no futuro, pois "o tempo da maturação da universidade não é um tempo de mercado". O importante é o legado que será construído. A área de Administração avaliou positivamente todas as propostas, considerando-as contempladas. A preocupação central se concentra na temporalidade, especialmente com o slide que indica os cursos de curto prazo, o que, para ele, "mata um pouco da charada" sobre o que é possível solicitar para implantação imediata. A infraestrutura é vista como adaptável para os cursos noturnos, apesar das preocupações com segurança e iluminação. Acredita-se que esses pontos podem ser ajustados com uma complementação orçamentária. No entanto, o Professor Caio expressou uma discordância em relação aos colegas que priorizam a definição dos três cursos. Ele ressaltou que, embora o campus tenha infraestrutura, ele é "feito de gente". Ele lembrou que muitos dos presentes já passaram pela experiência de buscar um concurso público, trabalhar em condições precárias ou em pós-doutorado. A abertura dos novos cursos representará a oportunidade de criar mais de 30 a 54 vagas para docentes e servidores, fortalecendo o corpo técnico-administrativo e docente do campus. Ele enfatizou a importância emocional e estratégica de trazer mais pessoas para a universidade, especialmente em um cenário onde outras instituições enfrentam fechamento de vagas. Isso proporcionará a outros colegas a chance de realizar o sonho de

ingressar na vida universitária e contribuir para a transformação de vidas.

O Professor Caio defendeu que a liberação de códigos de vaga possibilitará a realização de concursos, redistribuições e remoções, fortalecendo o campus com pessoas. Acredita que isso faz parte do DNA da UFSCar Lagoa do Sino, que já possui um "serviço muito forte". Para ele, a abertura dos cursos levará a "reconstrução da universidade", com a geração de novas integrações e pesquisas ao longo dos anos. Ele concordou com o Professor Ricardo que a "consolidação é a utopia da universidade", que ela está sempre em processo e que talvez seja bom que nunca se complete, pois isso garante a constante discussão, transformação e reconstrução. O Professor Caio finalizou com um apelo para que a oportunidade de contribuir com o fortalecimento do corpo docente, da pesquisa e da extensão do campus seja vista com carinho, pois ele é "feito de gente".

O professor Fábio iniciou sua manifestação destacando que a proposta é uma síntese reflexiva, construída a partir das diferentes posições apresentadas e do compromisso institucional com o processo de retomada da implantação dos cursos. Reconheceu a existência de divergências legítimas quanto ao momento e às condições da retomada do projeto, mas argumentou que tais diferenças não devem impedir o avanço do processo. Afirmou que, mesmo diante de riscos, é possível seguir com responsabilidade, uma vez que existem instrumentos institucionais capazes de assegurar que não sejam dados passos irreversíveis sem as devidas precauções. Destacou que, embora seja importante considerar o contexto atual, o compromisso com o projeto acordado previamente permanece e deve ser respeitado.

Em resposta a questionamentos sobre a ausência de dados de procura de cursos, o professor explicou que a oscilação desses dados ao longo dos anos e a falta de estabilidade nesse tipo de indicador tornam difícil utilizá-los como critério decisivo. Ressaltou que a Universidade precisa se adaptar às novas dinâmicas do mundo do trabalho, mas sem perder de vista sua vocação como instituição de ensino superior voltada à formação de graduação.

O professor Fábio reforçou que não há pressão externa ou imposição de prazos pela gestão central ou pelo MEC para apresentação de PPCs, esclarecendo que o cronograma está sendo construído em diálogo com essas instâncias. Destacou que o momento atual representa um passo importante, mas ainda inicial, dentro de um processo mais amplo, que envolverá novas discussões, inclusive com a gestão central e, possivelmente, com a presença da reitora. Em diálogo com os colegas que manifestaram apoio à continuidade do projeto, enfatizou que não se trata de uma nova expansão, mas sim da retomada de um projeto de implantação do campus já existente.

Dando encaminhamento, sugeriu que cada membro apresentasse uma lista ordenando os cursos por critério de prioridade com base nas discussões que realizaram com seus representados, a partir da qual seria possível compor uma priorização final com base no cruzamento das listas. Indicou que esse método evitaria longos debates e permitiria maior objetividade, respeitando os diálogos que já ocorreram nos respectivos colegiados. Por fim, manifestou concordância com a possibilidade de se construir uma lista de oito cursos, com envio dos seis primeiros à gestão central, preservando o registro das demais propostas para eventuais encaminhamentos futuros. Ressaltou que a ordem poderá ser ajustado posteriormente conforme as negociações com a gestão central e o MEC.

O prof. Fábio apresentou como proposta da Direção a priorização de três cursos de graduação em curto prazo, sendo eles: Licenciatura em Pedagogia, Psicologia e Nutrição, todos com oferta no período noturno. Destacou-se que, originalmente, apenas Pedagogia e Psicologia estavam previstas para o turno noturno, enquanto Nutrição havia sido proposta para o período diurno. A mudança foi justificada por limitações de infraestrutura física e pela preocupação em não agravar a escassez de espaço no próximo ano letivo. Em relação à Licenciatura em Pedagogia, houve entendimento de que há consenso quanto à sua importância como formação base. O prof. Fábio ressaltou que eventuais futuras habilitações ou a incorporação de Educação Especial poderão ser previstas já na formulação do PPC, sem necessidade de aprovação simultânea de múltiplas licenciaturas neste momento. Sobre o curso de Psicologia, foi mencionado que houve uma resposta positiva da comunidade e que o curso despertou grande interesse. Apesar disso, reconheceu-se a existência de desafios estruturais, especialmente no que diz respeito a laboratórios, que ainda precisam ser avaliados. A proposta de Nutrição no período noturno também está alinhada com os eixos estratégicos do campus, como o desenvolvimento territorial, agricultura familiar e segurança e soberania alimentar. Nesse sentido, foi citada como referência a Faculdade de Saúde Pública

da USP e sua atuação destacada na área. A mudança de turno também busca evitar a sobrecarga de estudantes vindos de outros cursos, como Administração e Alimentos, atraindo assim um novo perfil de público. Foi reforçado que todos os três cursos propostos (Pedagogia, Psicologia e Nutrição) seriam ofertados no período noturno, e esse ponto foi registrado em ata por ter sido objeto de alteração em relação à proposta original.

A professora Julia, comentou sobre a importância de considerar as contribuições feitas pelas áreas durante a reunião aberta, mesmo que algumas tenham sido apresentadas de forma indireta. Ela destacou que os pareceres discutidos naquele momento, especialmente das áreas de Matemática e Desenvolvimento, trouxeram indicações explícitas sobre propostas para o curto, médio e longo prazo. Nesse sentido, sugeriu que tais apontamentos também fossem levados em conta no processo de deliberação, ainda que não seja necessário segui-los integralmente.

O professor Rafael, informou que a área de Ambiental indicou, como prioridades, os cursos de Psicologia, Pedagogia e Relações Internacionais, por serem considerados cursos com formação básica. Para o médio prazo, os cursos de Medicina Veterinária, Nutrição, e, posteriormente, Arquitetura. Justificou que a oferta simultânea de dois cursos na área de Educação, ambos com baixa demanda, poderia gerar conflito de interesse e dispersão de candidatos. Por isso, propôs que, ao invés de abrir um novo curso, seja considerada a criação de uma habilitação específica dentro do curso de Pedagogia, voltada, por exemplo, para a área socioeducacional ou para uma formação interdisciplinar, como uma habilitação em Ciências. O professor Edison, indicou os cursos em ordem de prioridade para implementação: Medicina Veterinária, Nutrição, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo e Relações Internacionais e Pedagogia.

O TA Daniel Campos iniciou sua fala comentando sobre o processo em andamento. Destacou que, em sua experiência de mais de dez anos na instituição, não se recorda de ter havido anteriormente um debate tão amplo como o que ocorreu agora, citando como exemplo o processo de implantação dos cursos de Ciências Biológicas e Administração. Reconheceu que, embora existam críticas, considera que o atual processo é significativamente mais democrático do que os realizados anteriormente, especialmente considerando o tempo reduzido disponível para sua realização. Em relação às propostas de cursos, informou que a posição apresentada não representa uma escolha pessoal, mas sim uma construção coletiva da categoria dos técnicos administrativos. Explicou que foi realizado um questionário interno, seguido de reunião para debate e consolidação das propostas, resultando em uma lista priorizada. Os cursos indicados pela categoria dos técnicos administrativos foram: Medicina Veterinária, Nutrição, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Educação Especial, Psicologia e Licenciatura Interdisciplinar. Por fim, destacou que a categoria entende como fundamental o fortalecimento dos cursos de licenciatura, apontando um forte indicativo nesse sentido.

O professor Daniel Nassif informou que, em diálogo com a área de Agronomia, a sequência indicada foi: Medicina Veterinária, Nutrição, Licenciatura em Educação Especial, com a sugestão de que esta possa ser incorporada à Licenciatura em Pedagogia, por meio de uma proposta de fusão, depois Psicologia, Relações Internacionais e Arquitetura.

O professor Vlamir, representando o PPGCFAU, relatou que, após diálogo com a coordenação, professora Alexandra, a posição do programa foi de priorizar a abertura do curso de Medicina Veterinária, por entenderem que este atenderia diretamente às demandas acadêmicas e regionais de Lagoa do Sino. Informou ainda que se absteve quanto aos demais cursos, por não conhecer suficientemente a realidade das demais áreas envolvidas. Ressaltou que a implantação de Medicina Veterinária traria contribuições relevantes para a região, considerando o conhecimento que possuem sobre o território.

O professor José Augusto, apresentou a organização da priorização proposta pela área de biologia: para o curto prazo, indicou os cursos de Psicologia e Relações Internacionais. Para o médio prazo, sugeriu a implementação das três licenciaturas, considerando a necessidade de adequações e medidas específicas para essas áreas. Já para o longo prazo, a proposta incluiu os cursos de Arquitetura, Medicina Veterinária e Nutrição.

O professor Aldenor informou que, ao revisar os pareceres da área de Desenvolvimento, constatou que não é considerado viável a implantação de duas ou três licenciaturas simultaneamente, devido ao risco de sobreposição de oferta entre os cursos, o que poderia resultar em competição de vagas. Em relação à Licenciatura em Pedagogia, mencionou que foi sugerida como prioridade para início, com a possibilidade

de oferta no período noturno, caso necessário. Por fim, que a proposta de prioridade é: Pedagogia, Relações Internacionais, Psicologia, Medicina Veterinária, Arquitetura e Nutrição.

O professor Ricardo, representando o PPGCS, informou que, como prioridade, foram apontados os cursos de Licenciatura, Relações Internacionais, Psicologia e Nutrição. Por fim, foram mencionados os cursos de Medicina Veterinária e Arquitetura para o longo prazo.

O professor Caio, representando o curso de Administração – PRONERA, destacou a vinculação do curso de Administração à área de Ciências Sociais Aplicadas, e comentou sobre a relevância de se considerar essa área dentro da lógica de implantação dos cursos nos campi. Em relação à priorização, indicou como cursos para o curto prazo: Psicologia, Relações Internacionais e Pedagogia, com a sugestão de que possa incluir uma ênfase ou linha voltada para a Educação Especial. Ressaltou que a Pedagogia deve ser considerada um curso estratégico para a região. Também mencionou como prioritários para o futuro os cursos de Nutrição, Arquitetura e Urbanismo e Medicina Veterinária.

A professora Julia, informou que realizou um levantamento com base nos pareceres apresentados durante a reunião da Comissão Assessora. Explicou que, para fins de sistematização, considerou apenas os cursos que foram formalmente indicados por meio de pareceres, mesmo sabendo que houve manifestações orais de alguns representantes, como o professor Gabriel, que não foram acompanhadas de documentos formais. Relatou que, segundo o parecer da área de Matemática, foram indicados como cursos prioritários para o curto prazo: Arquitetura e Urbanismo, Psicologia e Pedagogia. Esclareceu, no entanto, que não foi possível distinguir claramente as propostas de médio e longo prazos, pois essas foram apresentadas de forma agrupada, sem diferenciação temporal. Em relação à área de Desenvolvimento, informou que os pareceres apontaram como cursos de curto prazo: Relações Internacionais, Arquitetura e Urbanismo e Pedagogia, mas igualmente sem distinção clara entre médio e longo prazos no restante das propostas.

O prof. Fábio, em conjunto com a profa. Júlia, sintetizou as análises, discussões e votações realizadas. Afirmou que a condução busca responder às demandas em diálogo direto com a gestão central e o MEC, e que não houve nenhuma sinalização de perda de vagas por atraso. A temporalidade está alinhada com a gestão central, e o cronograma proposto pode ser ajustado, se necessário. Foi reforçado que a decisão de hoje é um passo definitivo no processo interno, mas é o início de um novo processo de negociação com a gestão central, que pode envolver a participação da reitora e atualizações de informações.

Em resposta à pergunta sobre o formato de discussão dos seis cursos, a Diretoria sugeriu que os seis cursos sejam discutidos e selecionados em conjunto, e perguntou se essa abordagem seria aceitável. Houve acordo para que fossem realizadas duas rodadas de votação, com a possibilidade de priorizar os três primeiros ou os seis em uma única rodada.

Questionou a necessidade de descartar duas propostas, sugerindo que fosse feita uma lista de prioridades entre as propostas de cursos a serem enviadas. Ele afirmou que o processo ainda está em fase inicial, com duas instâncias com capacidade de veto (gestão central e MEC). A proposta de fusão de cursos não foi realizada anteriormente por falta de garantia de que todos os proponentes estariam presentes, mas foi reconhecida como uma forma de evitar o descarte de propostas potencialmente viáveis. Se o conselho não vetar nenhuma proposta de início, a sugestão é apenas elencar as oito.

Após discussões, os membros do conselho realizaram a ordenação das propostas dos cursos a serem implantados, que foram aprovadas conforme segue:

1. Licenciatura em Pedagogia (noturno);
2. Psicologia com Ênfase em Desenvolvimento Sustentável e Saúde Comunitária (noturno);
3. Bacharelado em Relações Internacionais (noturno);
4. Medicina Veterinária com Linha de Formação em Conservação (integral);
5. Nutrição (noturno);
6. Arquitetura e Urbanismo com Linha de Formação em Ambiente e Desenvolvimento Territorial (noturno);
7. Licenciatura em Educação Especial (noturno); e
8. Licenciatura Interdisciplinar em Ciências da Natureza e Matemática (noturno).

O prof. Fábio registrou que será realizado convite aos proponentes das licenciaturas para que participem da fase de elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Destacou que a Licenciatura em Pedagogia iniciará este processo de imediato e que, potencialmente, as outras duas licenciaturas poderão ser integradas em etapas posteriores, estudando-se a possibilidade de articulação entre elas. Informou que, ainda nesta semana, deverão ser montadas as comissões responsáveis pela elaboração dos PPCs e ressaltou que também será apresentada uma proposta de composição dessas comissões, com participação dos autores principais das propostas. Explicou que, devido ao período de recesso e às diferentes formações dos membros, é importante planejar adequadamente a composição dessas comissões. Observou que a maior parte das propostas foi resultado de estudos aprofundados e bem fundamentados, ainda que nem todas contassem com um proponente formado especificamente na área correspondente. Por essa razão, sugeriu que sejam convidados membros externos, especialistas de outras instituições, de modo a enriquecer as discussões. O presidente informou ainda que o CONSUNI está agendado para a última semana de agosto e que pretende despachar a documentação para a reitora ainda essa semana.

O prof. Aldenor solicitou que constasse em ata o registro de que o conselho aprovou seis propostas, sendo que serão implementadas inicialmente as três primeiras, e, em um segundo momento, as outras três propostas. Destacou a importância dessa decisão para evitar que, no futuro, seja necessário reiniciar todo o processo de discussão e aprovação, como ocorreu anteriormente com o documento de fundação do campus. Ressaltou que, embora seja possível haver novos processos de ampliação de cursos nos próximos anos, a prioridade deve ser a implementação das propostas aprovadas na presente reunião.

Sobre a previsão de início dos novos cursos, o prof. Fábio Grigoletto, esclareceu que existe o compromisso de provocar a gestão superior para avançar com a implantação, mas que a definição final depende das respostas da reitora sobre a disponibilidade de vagas efetivas. Ressaltou que apesar de o planejamento já ter sido apresentado ao MEC há algum tempo, a distribuição das vagas docentes e técnicas ainda não ocorreu, o que gera preocupação. Reforçou-se que a implementação dos cursos depende da efetiva liberação dessas vagas, conforme previsto nos ofícios e processos elaborados pelo GT Lagoa do Sino, que indicaram a necessidade aproximada de 54 docentes e 48 técnicos administrativos para viabilizar os cursos aprovados.

O prof. José Augusto ressaltou que acredita que é necessário condicionar a disponibilização das vagas e a realização de concurso público de docentes efetivos para a implementação dos cursos. O presidente do CoC-CCN se dispôs a agendar com a reitora, antes da reunião com o CONSUNI, para que ela participe de uma reunião extraordinária do CoC-CCN, onde poderá ser exposta essa preocupação. O TA Daniel Campos, salientou a importância da presença da reitora no Campus Lagoa do Sino, lembrando que em campanha foi informado que haveria uma maior presença da reitora nos diversos campi.

O prof. Aldenor destacou a importância de considerar a redistribuição de servidores como estratégia para iniciar os cursos aprovados, especialmente por ser um processo mais ágil. O professor enfatizou que a redistribuição pode ser um instrumento fundamental para viabilizar os três cursos aprovados para implantação inicial.

Prof. Dr. Fábio Grigoletto

Presidente do Conselho do Centro de Ciências da Natureza



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Grigoletto, Diretor(a) de Centro**, em 26/08/2025, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufscar.br/autenticacao>, informando o código verificador **1933794** e o código CRC **94F503DE**.

Referência: Caso responda a este documento, indicar expressamente o Processo nº 23112.023343/2025-47

SEI nº 1933794

Modelo de Documento: Conselho: Certidão de Ata, versão de 02/Agosto/2019

CHAMADA DE PROPOSTAS DE NOVOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CCN

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA COM LINHA DE
FORMAÇÃO EM CONSERVAÇÃO.
CAMPUS LAGOA DO SINO - UFSCar**

Equipe responsável: Prof. Dr. Aldenor da Silva Ferreira

Profa. Dra. Alexandra Sanches

Prof. Dr. Alexandre Camargo Martensen

Dr. Daniel Mendes Borges Campos

Prof. Dr. Danilo Tancler Stipp

Profa. Dra. Elissandra Ulbricht Winkaler

Prof. Dr. Jorge Luis Rodrigues Pantoja Filho

Larissa Pasquini Sarno (Mestranda - PPGCFau)

Dra. Luciana Raffi Menegaldo (Graduanda – Biologia)

Prof. Dr. Naaman Francisco Nogueira Silva

Buri

2025

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA COM LINHA DE FORMAÇÃO EM CONSERVAÇÃO.

1. Da Instituição e seu objetivo social

O campus Lagoa do Sino da UFSCar foi concebido com base em três eixos fundamentais: Agricultura Familiar; Soberania e Segurança Alimentar; e Desenvolvimento Territorial Sustentável. Segundo a Proposta de implantação, o campus teve como objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável do sudoeste paulista por meio de interdisciplinaridade e inovação de projetos pedagógicos que facilitem a integração de áreas do conhecimento, especialmente em uma região de importantes remanescentes de Mata Atlântica e de ecótono com o Cerrado, além de significativa produção agropecuária e silvicultura.

A presente proposta de criação do curso de Medicina Veterinária com linha de formação em Conservação insere-se de forma estratégica, em concordância com a finalidade institucional. A proposta apresenta um curso de formação inovadora e diferenciada, voltada não apenas ao atendimento clínico de animais domésticos e silvestres, mas também à conservação da fauna, à abordagem de Saúde Única (*One Health*), à reabilitação de espécies e à atuação em políticas públicas voltadas ao manejo da vida silvestre.

Atualmente, a UFSCar não oferece um curso de graduação em Medicina Veterinária em seus *campi*. A implantação do referido curso ampliará e diversificará a atuação da Universidade no país, promoverá sinergias com os cursos já existentes no campus e com as potencialidades regionais. Com forte inserção territorial, a proposta está alinhada à missão institucional da UFSCar e contribuirá para a transformação social, proteção da biodiversidade e promoção de uma convivência mais equilibrada entre sociedade e natureza.

2. Da Medicina Veterinária: áreas de atuação, empregabilidade e média salarial

O médico-veterinário atua pela saúde e pelo bem-estar dos animais e seres humanos, além da sustentabilidade do meio ambiente. Ao longo de mais de 50 anos de profissão regulamentada (Lei nº 5.517, de 23/10/1968), os profissionais vêm demonstrando a importância de seu trabalho para o desenvolvimento econômico e social do país. A atuação vai muito além de clínicas e consultórios destinados principalmente a animais domésticos; esses profissionais atuam em atividades ligadas à produção de alimentos de origem animal que chegam à mesa do consumidor; têm papel fundamental na melhoria da eficiência agropecuária brasileira; podem trabalhar como consultores, responsáveis técnicos, docentes, peritos criminais, judiciais e administrativos; realizam análises de alimentos; são responsáveis pela inspeção sanitária de alimentos em indústrias de processamento; participam da elaboração de programas sanitários de prevenção de doenças; atuam na produção de vacinas e medicamentos, entre outros.

O profissional atua na prevenção e controle de doenças transmissíveis ao homem pelos animais, as zoonoses, como raiva, influenza, leptospirose, tuberculose e febre amarela. A categoria foi integrada, em 2011, às equipes multiprofissionais do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), trabalhando pela qualidade da atenção básica à saúde nos municípios brasileiros. É o médico-veterinário quem realiza visitas domiciliares para a identificar riscos à saúde na interação entre os seres humanos, os animais e o meio ambiente (Saúde Única).

Profissionais formados em Medicina Veterinária apresentam alta empregabilidade, especialmente quando especializados em áreas de crescente relevância como a conservação e o manejo da fauna silvestre; defesa sanitária animal e vigilância sanitária; produção animal; reabilitação de animais e gestão ambiental. A demanda por esses profissionais é crescente, tanto no setor público quanto no privado, incluindo ONGs, instituições de pesquisa e órgãos governamentais, especialmente no contexto atual de proteção do meio ambiente e mudanças climáticas. A média salarial de médicos veterinários no Brasil varia conforme a especialização e a região. Profissionais atuando com fauna silvestre, por exemplo, podem ter salários médios em torno de R\$ 6.500,00, podendo alcançar valores mais elevados em cargos de gestão ou em instituições de maior porte.

3. Da caracterização regional: pertinência social e justificativa territorial

O campus Lagoa do Sino da UFSCar está localizado na Região Administrativa de Itapeva, no sudoeste paulista. Esta região apresenta forte heterogeneidade socioeconômica e ambiental, abrigando desde centros urbanos consolidados até áreas rurais com baixa densidade populacional, além de importantes e remanescentes vegetações nativas. Sua posição estratégica entre os grandes centros urbanos do estado e zonas de transição para o interior agrícola lhe confere papel fundamental no equilíbrio entre produção econômica e conservação ambiental. Itapeva é o município com maior PIB agropecuário do Estado, liderando em 2,1% à frente de outras cidades tradicionais. O mercado de sêmen bovino no sudoeste paulista cresce a taxas próximas de 20% ao ano. A região também é marcada por uma expressiva produção pecuária, sendo polo produtivo de carne bovina, carne de frango e ovos, com participação de 29% no valor da produção agropecuária regional. Além disso, há crescente investimento em sustentabilidade e rastreabilidade, alinhando-se a exigências do mercado nacional e internacional. A modernização das atividades agropecuárias traz desafios para a sanidade animal, produção, bem-estar dos rebanhos e vigilância de zoonoses, o que reforça a importância da formação de profissionais capazes de lidar com a complexidade desse cenário, inclusive em sistemas produtivos mais intensivos e sustentáveis.

O campus, inserido na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI-14) da Bacia do Alto Paranapanema, abriga grandes extensões contínuas de Mata Atlântica, considerada uma região-chave para a conservação da biodiversidade no Sudeste brasileiro. A presença de um elevado número de Unidades de Conservação (UCs), incluindo parques estaduais e reservas particulares, confirma o alto valor ecológico da região e a necessidade de formação de profissionais preparados para atuar em manejo e conservação da fauna silvestre.

Nesse contexto, a criação do curso está diretamente alinhada às características territoriais da região, pois oferece formação especializada para atuação em centros de reabilitação, unidades de conservação, ações de vigilância sanitária da fauna e manejo populacional de espécies. Além disso, contribui para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à Saúde Única, na interface entre saúde animal, humana e ambiental. A criação do curso responderá simultaneamente a duas realidades regionais interligadas: o desafio da conservação de uma das faunas mais ricas e ameaçadas, e a demanda por qualificação técnica em uma pecuária em expansão e transformação sustentável. Dessa forma, além do que já fora argumentado, apresentamos a seguir as justificativas para a implantação do curso, de acordo com a fundamentação exigida por esta Chamada.

4. Dos critérios que justificam a implantação do curso de Medicina Veterinária

Conforme descrito no Relatório Final do GT Novos Cursos, mesmo com a expansão quantitativa de cursos entre 2018 e 2023, majoritariamente por meio de instituições privadas e do EaD, não se alcançou a superação de déficits no acesso e permanência no ensino superior. Isto evidencia que o problema não é apenas de acesso, mas também de qualidade. Com o intuito de promover acessibilidade ao ensino superior, a oferta do curso pelo sistema ENEM/SISU fortalecerá a política de democratização de acesso e ampliará a abrangência da UFSCar no atendimento de estudantes de diferentes regiões do Brasil, bem como do sudoeste paulista que, atualmente, são alijados desse processo. Vale ressaltar que o Curso de Medicina Veterinária da UFSCar será inédito nas instituições federais no Estado de São Paulo. Assim, a criação do curso representará uma oportunidade ímpar para ampliar a atuação da Universidade em uma área de reconhecida demanda social e científica, explicitamente apresentadas no Relatório Final do GT Novos Cursos (Quadro 4, Gráfico 11).

A Medicina Veterinária é, historicamente, um dos cursos mais concorridos nos principais processos seletivos do país, como o SISU e vestibulares tradicionais (FUVEST, VUNESP), apresentando alta relação candidato/vaga. Os dados de concorrência reforçam esse cenário, onde pela FUVEST em 2025, a relação candidato/vaga foi de 20,5; pela VUNESP, a média reunindo os três *campi* (Araçatuba, Botucatu e Jaboticabal) foi de 17,6 candidatos por vaga. Já pelo SISU 2025, a UFMG registrou 35,6 candidatos/vaga; e no vestibular de verão 2025 da UDESC, foram 37 candidatos por vaga. Além disso, o curso de medicina veterinária público e gratuito mais próximo está a 160 Km de distância, no município de Botucatu (FMVZ/UNESP), que não utiliza o

ENEM como forma de ingresso. As faculdades particulares, por sua vez, especialmente as da região, sofrem com a falta de estrutura, precarização do corpo docente, horários reduzidos e alta evasão, pois parte dos alunos não consegue manter a regularidade no pagamento das mensalidades. Assim, a criação do curso será uma forma de ampliar não só os meios de ingresso, mas especialmente de permanência dos estudantes da região, estando em consonância com os objetivos e metas do Relatório Final do GT Lagoa Sino.

A proposta de criação do referido curso no campus se baseia nos critérios exigidos para a abertura de novas graduações na UFSCar, em obediência a diretrizes institucionais (Plano de Desenvolvimento Institucional; Regimento Geral dos Cursos de Graduação), Relatórios de Grupos de Trabalho Institucionais (GT Lagoa do Sino e GT Novos Cursos), além de normativas nacionais (Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação - CNE; e Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV).

4.1. Infraestrutura do campus Lagoa do Sino

O campus Lagoa do Sino dispõe de laboratórios, áreas experimentais e espaços naturais preservados que favorecem o desenvolvimento das atividades do curso. A infraestrutura integral necessária para o andamento das atividades didáticas necessitará ser otimizada e expandida, mas de maneira progressiva. As variadas áreas de atuação da Medicina Veterinária estão inseridas em cinco subáreas norteadoras de conteúdos essenciais para a formação profissional: Ciências Biológicas e da Saúde; Ciências Humanas e Sociais; e Ciências da Medicina Veterinária (Zootecnia e Produção Animal, Inspeção e Tecnologia dos Produtos de Origem Animal, Clínica Veterinária, e Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública). Considerando a estrutura atual do campus, já utilizada pelos cursos existentes, esta supre parcialmente a demanda da fase inicial do curso. Laboratórios como os de Biologia Celular e Genética, Microbiologia, Bioquímica, Química e Multiusuário possuem equipamentos necessários para as atividades práticas. No entanto, estes necessitam, inclusive para atendimento da atual demanda, de melhor estruturação para otimizar e adequar seu uso. Laboratórios utilizados pelo curso de Engenharia de Alimentos suprem considerável parcela das ementas correlacionadas à Medicina Veterinária referentes às tecnologias aplicadas a alimentos e inspeção de produtos de origem animal, por exemplo.

A infraestrutura atual associada às áreas da Fazenda Escola Lagoa do Sino (FELS), promove sinergias entre os cursos e potencializa atividades de ensino, pesquisa e extensão. A singularidade do campus Lagoa do Sino, identificado como “um campus universitário em uma fazenda produtiva” e “um laboratório a céu aberto”, oferecem diversas possibilidades para desenvolvimento de pesquisa e ensino nas áreas de Medicina Veterinária Preventiva, Produção, Reprodução e Nutrição Animal. Parte da estrutura física necessária para o início imediato do curso de Medicina Veterinária já existe, especialmente pensando nos dois primeiros anos.

Outra importante possibilidade de sinergia acadêmica e profissional são a existência no campus dos Programas de Pós-graduação em Conservação de Fauna (PPGCFau) e em Conservação e Sustentabilidade (PPGCS), com linhas de concentração correlatas ao curso de Medicina Veterinária, especialmente com a linha de formação em Conservação. A proposta também dialoga com os cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Agrônoma oferecidos no campus e nos outros *campi* da UFSCar, permitindo intercâmbio de conhecimento e colaboração em projetos intracampus.

Com base no Art. 5º do Regimento Geral dos Cursos de Graduação, fica proposto no presente documento o número de 40 (quarenta) vagas para ingresso de estudantes, em turno diurno e com duração de 5 (cinco) anos. Estes números seguem plenamente o recomendado pelo CNE (Resolução Nº 3, de 15 de agosto de 2019) e CFMV que, por meio dos Conselhos Regionais (CRMV) realizam esta fiscalização, que ainda recomendam dispor de Fazenda, Restaurante Universitário e Quadra de Esportes, já à disposição, além de Hospital Veterinário. À semelhança do que acontece em outras universidades públicas com cursos em implantação, os investimentos em infraestrutura são necessários, desde a construção de novas instalações até a adequação e manutenção das já existentes.

4.2. Necessidade regional de um Hospital Veterinário Universitário

A implantação de um Hospital Veterinário (HV) Universitário no campus Lagoa do Sino da UFSCar é essencial para atender à crescente demanda regional por serviços voltados à saúde de animais silvestres, equinos, ovinos, bovídeos, cães, gatos e outros. A região sofre com a falta de clínicas acessíveis para a população de baixa renda, muitas vezes sem possibilidade de atendimentos básicos, emergenciais e preventivos. O HV Universitário ofertará serviços de baixo custo e/ou gratuitos, como execução de programas de proteção e manejo populacional ético de cães e gatos, vacinação e identificação.

Além disso, há problema evidente com a população de animais abandonados, o que agrava questões de saúde pública e segurança. A atuação estratégica do HV também apoiará prefeituras e ONGs locais, hoje sobrecarregadas e com recursos limitados, tornando o campus em um polo de referência no atendimento, pesquisa, formação e qualificação profissional, bem como a recuperação de animais. Essas ações promoverão impacto positivo e duradouro na vida das comunidades regionais, contribuindo com a políticas nacionais de proteção animal.

A implementação de um HV Universitário atenderá demandas dos serviços de diagnóstico por imagem em animais, diagnósticos laboratoriais (patologia clínica, microbiologia, parasitologia e protozoologia), exames e laudos necroscópicos, atestados sanitários para animais de produção; serviços estes muito carentes e de grande demanda na região. Nesse sentido, o HV, necessário ao ensino da graduação, também supriria a demanda regional, oferecendo serviços acessíveis como forma de extensão universitária.

Caracterizado como principal e necessário investimento para implantação de cursos de Medicina Veterinária no país, a construção do HV Universitário pode ser viabilizada por meio do MEC, que disponibiliza recursos para esta finalidade por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), além de outros programas institucionais como o Novo PAC. As dependências do HV servirão ainda para suprir a carência de infraestrutura do campus, como espaços para laboratórios (Anatomia Animal, Bioquímica, Microbiologia, Parasitologia, Patologia Clínica, Patologia Veterinária), salas de recepção, boxes de atendimento ambulatorial, área de complexo cirúrgico, farmácia veterinária, diagnóstico por imagem, internação e isolamento de pacientes.

A manutenção dos HV Universitários é atendida em sua totalidade pela União por meio do Decreto Presidencial nº 7.233, de 19 de julho de 2010, que estabelece procedimentos orçamentários e financeiros para a autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades, bem como de suas instituições. Somadas a esse propósito, as Portarias do MEC nº 651 (24/07/2013) e nº 748 (22/12/2022), institucionalizam a Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários, orientando a distribuição anual dos recursos destinados à HV Universitários públicos federais. A matriz específica a hospitais veterinários está descrita no Art. 2º, inciso IV da Portaria nº 748 e está discriminada em seu Anexo IV. Desta maneira, por meio da rubrica “20 RK”, há a destinação de recursos para fins específicos de apoio à gestão do HV Universitário, possibilitando assim o desenvolvimento integral das ações que garantem o adequado funcionamento do HV e, conseqüentemente, do curso, tais como a compra de material de consumo e aquisição de equipamentos e material permanente.

4.3 Localização estratégica e integração com o Meio Ambiente

Por estar situado em uma área rural de 643 hectares, integrada à FELS, no município de Buri, SP, o *campus* Lagoa do Sino apresenta um cenário privilegiado, oferecendo contato direto com ambientes naturais e áreas de produção agropecuária, proporcionando atividades práticas integradoras entre produção animal, conservação e manejo de fauna e flora, enriquecendo a formação técnica e científica dos estudantes. Este cenário constitui grande diferencial do curso.

A implantação do curso possibilitará a criação de um Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (CETRAS) no campus, considerando o contexto ambiental e geográfico da região. Localizado em área de transição com significativa presença de Mata Atlântica, o campus está inserido em território de rica

biodiversidade, mas também marcado por impactos ambientais como desmatamento, queimadas, expansão agrícola e urbanização desordenada. Esses fatores contribuem para o aumento dos casos de atropelamentos, queimadas, perda de habitat e tráfico de fauna silvestre, gerando demanda crescente por estruturas adequadas de acolhimento e reabilitação animal. O CETRAS atenderá extensa área de influência, proporcionando acolhimento, triagem, tratamento e posterior soltura de animais silvestres com base em critérios técnicos e ambientais. Neste sentido, o curso fortalecerá atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso de graduação em Ciências Biológicas, bem como do PPGCFau e PPGCS, por meio da formação qualificada de profissionais e, também, com as atividades desenvolvidas pelos grupos de pesquisas já atuantes no campus, como o Núcleo de Estudos em Ecologia Espacial e Desenvolvimento Sustentável (NEEDS) que desenvolve pesquisas focadas na conservação da biodiversidade, manutenção dos serviços ecossistêmicos e desenvolvimento sustentável; e com o Laboratório de Conservação e Restauração Ecológica (LaCRE), que desenvolve pesquisas relacionadas à restauração, processos ecológicos e os serviços ecossistêmicos em paisagens degradadas.

A estrutura também permitirá parcerias com os órgãos ambientais, empresas, ONGs e comunidades locais, desenvolvendo a educação ambiental com proteção à fauna silvestre. Assim, o CETRAS seria um marco na conservação da biodiversidade regional e no compromisso socioambiental do campus Lagoa do Sino.

4.4 Corpo docente qualificado

Conforme relatório do GT Lagoa do Sino, o campus conta com 73 Docentes e 40 Técnicos-Administrativos, uma razão de $R_{LS} = 0,55$; número este inferior à razão da UFSCar ($R_{UFSCAR} = 0,75$) e abaixo dos demais *campi*. Assim, é imprescindível e de interesse da administração a adequação dessa razão por meio da nomeação de novos servidores docentes e técnicos-administrativos. A criação do curso de Medicina Veterinária promoverá a nomeação, em levantamento prévio nesta proposta, de 18 docentes e 15 técnicos-administrativos que atuarão nas áreas básicas e profissionalizantes do curso. Desta forma, o curso terá condições de atender e aprofundar seu caráter cívico, ampliando sua capacidade e contribuindo para o desenvolvimento da região.

Os docentes a serem lotados no campus atuarão em linhas de pesquisa das áreas de ciências agrárias e ciências biológicas e de saúde, promovendo uma formação ampla e atualizada. Aliado às características do campus, o curso integrará disciplinas tradicionais da Medicina Veterinária com conteúdos inovadores e práticos voltados também à conservação, preparando o discente para atuar, por exemplo, em saúde da fauna silvestre, manejo de populações, educação ambiental e políticas públicas com ênfase nas atividades de campo.

Como exemplos de disciplinas práticas e avançadas, destacam-se: clínicas médica e cirúrgica de animais domésticos e silvestres; diagnóstico por imagem, patologia clínica, manejo e nutrição animal; manejo em cativeiro e em campo; ecologia aplicada à conservação; biologia e genética da conservação; epidemiologia veterinária e zoonoses; defesa sanitária animal; e educação ambiental crítica. É importante ressaltar que, no projeto pedagógico a ser elaborado, haverá conteúdos que abordam competências humanísticas como gestão, empreendedorismo, comunicação e marketing, liderança, educação permanente, extensão rural e cooperativismo, que também poderão ser absorvidas por docentes do curso de Administração.

O quadro docente atual do campus, especialmente nas áreas de Ecologia, Biologia Animal, Microbiologia, Genética, Saúde Ambiental e Produção Animal, oferece suporte para futura elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, assegurando a qualidade pedagógica e técnica necessárias. Conforme descrito anteriormente, a implantação do curso exigirá a contratação de docentes de áreas específicas, mas também permitirá a participação de docentes já lotados no campus que tiverem interesse. Essa integração otimizará recursos humanos e fortalecerá a interdisciplinaridade com os demais cursos de graduação do campus.

4.5 Oportunidades de pesquisa e experiência prática

A infraestrutura atual do campus poderá ser utilizada de forma compartilhada, promovendo sinergias entre os cursos e potencializando as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Médicos veterinários atuam em

linhas de pesquisa interdisciplinares, voltadas para a preservação da biodiversidade e manejo sustentável. Como principais linhas, pode-se destacar pesquisas aplicadas à proteção, manejo e reprodução de espécies em risco de extinção; desenvolvimento de programas de conservação para espécies emblemáticas como o mico-leão-preto; e estudos sobre a interface Saúde Única, além de monitoramento de zoonoses, vigilância epidemiológica e impactos de doenças emergentes em populações silvestres.

O curso de Medicina Veterinária contará com parcerias com órgãos públicos, ONGs e setor privado ampliando as oportunidades de estágio, pesquisa e empregabilidade. Cabe salientar que os discentes poderão realizar estágio em zoológicos, como o Parque Zoológico Municipal Quinzinho de Barros, em Sorocaba; em ONGs e projetos de conservação regional e manejo de espécies ameaçadas. Além disso, clínicas e hospitais veterinários em municípios como Sorocaba, Itapetininga, Avaré e região oferecem estágios em clínica médica, cirúrgica, anestesiologia, patologia, diagnóstico por imagem e laboratório de análises clínicas. Estágios em propriedades rurais com atuação pecuária também são comuns na região, permitindo atuação do discente em saúde animal, reprodução, manejo de bovinos e bubalinos, equinos, suínos, ovinos e aves, além de acompanhamento de rotinas produtivas e sanitárias. Indústrias de alimentos de origem animal (frigoríficos, laticínios, fábricas de rações) presentes na região também são locais de estágio para os futuros estudantes, que poderão atuar em inspeção, controle de qualidade, segurança alimentar e boas práticas de produção.

Vale ressaltar que a própria infraestrutura criada para o curso, como laboratórios de diagnóstico, Hospital Veterinário e CETRAS, permitirá aos estudantes do campus, inclusive de outros cursos além da Medicina Veterinária, realizarem estágios nestes locais.

4.6. Produção de Alimentos, soberania e segurança alimentar

O campus Lagoa do Sino se destaca na produção e alcance dos seus projetos de pesquisa e extensão, como o “Projeto Gir Leiteiro” de melhoramento genético do gado de leiteiro por meio de transferência de embriões da raça Gir; o projeto “Sistemas Agroecológicos em Assentamentos Rurais para a soberania alimentar no Estado de São Paulo”, que visa implementar sistemas agroecológicos para produção de ovos com vistas ao fortalecimento da soberania alimentar na agricultura familiar; e o “Projeto Transição Tropical”, com inovações no cultivo de soja e milho por meio de manejo 100% biológico, integrando a produção animal ao sistema.

O curso de graduação em Engenharia de Alimentos, embora distinto em suas áreas de atuação primárias quando comparado ao curso de Medicina Veterinária, possui importantes e complementares relações ao curso proposto, especialmente no que tange à cadeia de produção de alimentos de origem animal e à segurança alimentar. Como destaques, podemos citar contribuições nas áreas de Saúde Pública, Tecnologia, Processamento, Segurança e Qualidade de Alimentos de Origem Animal, além de Legislação e Normas.

4.7. Saúde coletiva e zoonoses

Como mencionado, a criação de um curso de Medicina Veterinária com linha de formação em Conservação no campus Lagoa do Sino da UFSCar também é estrategicamente fundamentada nos princípios de Saúde Única, que reconhecem a interdependência entre a saúde humana, animal e ambiental. Inserido em uma região de significativo desenvolvimento agropecuário e de alta biodiversidade, com forte presença de Mata Atlântica e também sujeita a intensas pressões ambientais, como desmatamento, perda de habitat e, mudanças climáticas; o campus oferece um contexto ideal para formação de profissionais capacitados para enfrentar os desafios contemporâneos da saúde coletiva.

A pandemia da COVID-19 expôs os riscos das doenças zoonóticas e do desequilíbrio nas relações entre humanos e a fauna silvestre. Da mesma forma, os recentes surtos de Influenza Aviária (H5N1), que também atingem aves silvestres e mamíferos marinhos, e representam capacidade de transmissão para humanos e reforçam a urgência de uma abordagem integrada e preventiva. A translocação de espécies, o tráfico de animais e o colapso de ecossistemas são gatilhos para o surgimento de doenças emergentes, muitas vezes com potencial

pandêmico. É nesse cenário que o médico veterinário, com visão ecológica e formatação interdisciplinar, torna-se essencial.

O curso e a linha de formação proposta em Conservação se diferenciariam ao formar profissionais com capacidade para atuar em contextos de risco sanitário e ecológico, preparados também para trabalhar com fauna silvestre, vigilância epidemiológica, manejo populacional e políticas públicas de saúde. O campus Lagoa do Sino, por sua localização estratégica e vocações ambiental e social, possibilita práticas em campo, projetos interdisciplinares e articulação com comunidades rurais, assentamentos e unidades de conservação.

Aliando formação técnica de excelência à missão universitária de transformação social e sustentabilidade, o curso fortalecerá ações em saúde única, prevenção de doenças, bem-estar animal e conservação da biodiversidade. É uma resposta necessária e proativa aos desafios do presente e à construção de um futuro mais resiliente e saudável para todos os seres vivos.

4.8. Alinhamento com políticas públicas e demandas sociais

A proposta está alinhada ao Plano Nacional de Educação (PNE), aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 15 (Vida Terrestre) e o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), além de dialogar com políticas de conservação da biodiversidade, saúde única e proteção animal, temas atuais e prioritários nas agendas ambientais e sanitárias regionais e nacionais.

5. Fragilidades

A fragilidade na implantação do curso de Medicina Veterinária relaciona-se, em grande medida, a desafios comuns à criação de qualquer novo curso de graduação, como a necessidade de contratação de docentes e técnicos. No entanto, tal necessidade não deve ser encarada como uma fragilidade específica, mas sim uma oportunidade de correção do déficit de recursos humanos, considerando que o campus apresenta uma razão docentes/técnicos inferior a ideal, o que reforça, a urgência deste reforço no quadro funcional.

Outra fragilidade diz respeito à demanda por espaços técnicos específicos, como laboratórios de análises e de imagem, bem como ambientes adequados para práticas clínica e cirúrgica. Conforme já demonstrado, existem recursos federais disponíveis que podem ser destinados à superação desses desafios, viabilizando a estrutura necessária para a implementação do curso de Medicina Veterinária.

6. Considerações finais

O mercado valoriza cada vez mais profissionais com visão sistêmica, capacidade de atuação em campo, criatividade para lidar com desafios ambientais e habilidades para o trabalho em equipes multidisciplinares. Experiências práticas em projetos, como as já oferecidas no campus Lagoa do Sino da UFSCar, destacarão ainda mais o currículo do médico veterinário aqui formado e ampliarão suas chances de inserção em setores inovadores e estratégicos do mercado. Além disso, o diferencial do curso será preparar profissionais para lidar com questões importantes e pouco exploradas em outras Instituições de Ensino Superior, como perda de habitat, tráfico de animais, mudanças climáticas e manejo de áreas protegidas, capacitando-os para atuar em órgãos ambientais, ONGs, consultorias, parques, reservas e na pesquisa acadêmica inovadora.

Proposta de criação do curso de graduação em Nutrição

Autor: prof. Naaman F. N. Silva. Colaboradores: prof. Angêlo L. F. Cavallieri, prof. Guilherme F. Furtado, prof^a. Isabelle C. O. Neves, prof^a. Larissa Consoli, prof. Natan J. P. Filho, prof^a. Thaís J. Silva

1. Justificativa da pertinência social e institucional

A implantação do curso de Nutrição no campus Lagoa do Sino da UFSCar responde a uma demanda concreta da região sudoeste do estado de São Paulo, caracterizada por municípios de pequeno porte, muitos deles com baixos indicadores de desenvolvimento humano, acesso limitado à educação superior pública e fragilidade nas redes locais de saúde e de segurança alimentar. Esse território, composto pelas regiões geográficas imediatas de Itapetininga e Itapeva, carece de políticas estruturantes capazes de promover a equidade no acesso à saúde, à alimentação adequada, à educação básica de qualidade e ao conhecimento científico.

A formação de nutricionistas nesse contexto constitui uma estratégia essencial para o fortalecimento das redes públicas de saúde e de proteção social, com impactos diretos sobre a qualidade de vida da população. O profissional de Nutrição atua em diversas frentes, como hospitais, unidades básicas de saúde, escolas (com destaque para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE), instituições de acolhimento, centros de assistência social, serviços de alimentação coletiva e clínicas, conforme dispõe as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição (MEC, 2024). Os (as) nutricionistas também têm papel relevante na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com foco na prevenção e no cuidado de doenças crônicas e carências nutricionais, promovendo práticas alimentares mais saudáveis e sustentáveis para a comunidade local (MEC, 2024).

É importante destacar que o curso de Nutrição terá papel estratégico na retenção de profissionais qualificados na própria região sudoeste do estado de São Paulo. Além de permitir que os jovens locais tenham acesso à formação superior pública de qualidade e próximo às suas famílias, a natureza descentralizada do exercício profissional da Nutrição, que permite atuação em cidades de pequeno, médio e grande porte, favorece a permanência dos egressos no território e contribui diretamente para o desenvolvimento regional sustentável, estimulando a articulação entre saberes acadêmicos e demandas sociais concretas.

O curso também se beneficiará das sinergias acadêmicas e estruturais com os cursos já existentes no campus Lagoa do Sino: Engenharia de Alimentos, Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental, Ciências Biológicas e Administração. Essa interação favorecerá o desenvolvimento de projetos interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão, especialmente nas áreas de segurança alimentar, agroecologia, saúde única, sustentabilidade, biodiversidade, microbiologia de alimentos, educação alimentar e nutricional, e valorização da cultura alimentar local, áreas estas que se alinham aos eixos norteadores do campus: promoção do desenvolvimento sustentável territorial, da soberania e segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar.

Devido à conexão e à interdisciplinaridade entre o curso de Nutrição e os cursos já ofertados no campus, será possível o compartilhamento de infraestrutura laboratorial e de recursos humanos para disciplinas tanto básicas quanto específicas, promovendo uma gestão acadêmica mais eficiente, sem prejuízo à qualidade do ensino. Nesse sentido, considerando apenas as disciplinas do curso de graduação em Engenharia de Alimentos, identificou-se que 19 delas podem ser cursadas também por estudantes de Nutrição, pois integram a maioria das matrizes curriculares dos principais cursos de graduação em Nutrição do estado de São Paulo. São elas: Produção de Alimentos e Sistemas Agroindustriais; Economia e Mercados Agroindustriais; Desenvolvimento Territorial; Segurança Alimentar e Economia Solidária; Metodologia Científica; Química Orgânica; Biologia Celular; Bioquímica Geral; Microbiologia Geral; Microbiologia de Alimentos;

Bioquímica de Alimentos; Fundamentos de Estatística; Métodos de Conservação de Alimentos; Higiene Industrial; Análise Físico-Química de Alimentos; Engenharia e Gestão do Ciclo de Vida de Produtos; Princípios de Nutrição Humana; e Gestão da Cadeia de Suprimentos.

Cumprir destacar ainda que, além do curso de Engenharia de Alimentos, os cursos de Engenharia Agrônoma e Engenharia Ambiental também passaram para o regime semestral, o que amplia as possibilidades de compartilhamento de docentes e infraestrutura em disciplinas idênticas, similares ou complementares ao curso de Nutrição. Considerando que os cursos de Engenharia Ambiental e Engenharia de Alimentos têm enfrentado baixa taxa de ingresso, a realização de aulas concomitantes e compartilhadas configura uma estratégia eficiente para reduzir a ociosidade, otimizar o uso de recursos disponíveis e evitar o aumento da carga horária docente. Inclusive, analisando as grades curriculares dos cursos de Nutrição oferecidos pela Unesp Botucatu, Unicamp Limeira e USP São Paulo, verifica-se que aproximadamente 40% das disciplinas já são ofertadas pelos cursos atualmente existentes no campus Lagoa do Sino.

Destaca-se igualmente o significativo potencial de integração entre os cursos de Nutrição e Administração, especialmente em projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados à área de gestão em saúde e alimentação. Essa articulação pode abranger temas como administração de unidades de alimentação e nutrição (UANs), gestão de qualidade em serviços alimentares, empreendedorismo nutricional, elaboração e viabilidade de negócios sustentáveis no setor alimentício, marketing de produtos saudáveis, e planejamento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Essa colaboração entre as áreas pode favorecer o desenvolvimento de competências em gestão estratégica, inovação social, análise de custos, logística e gestão de projetos em contextos institucionais e comunitários, promovendo formações mais completas e voltadas às demandas contemporâneas da sociedade.

A possível implantação do curso de Medicina Veterinária no campus Lagoa do Sino também representa uma oportunidade estratégica de integração com o curso de Nutrição. Ambos compartilham disciplinas básicas nas áreas de ciências da saúde, como anatomia, fisiologia, farmacologia, parasitologia e imunologia, o que permite o aproveitamento conjunto de infraestrutura laboratorial e de docentes especializados. Essa articulação fortalece a formação interdisciplinar e contribui para consolidar o campus como um polo de referência em alimentação, saúde e sustentabilidade, ampliando o impacto social e científico da UFSCar na região sudoeste paulista.

Nesse cenário, a atuação extensionista dos futuros nutricionistas poderá ser ampliada por meio de ações junto a comunidades rurais, quilombolas, indígenas e tradicionais da região, promovendo o resgate de hábitos alimentares saudáveis, a valorização dos saberes populares, o fortalecimento da soberania alimentar e o respeito à diversidade cultural. O curso terá ainda forte potencial de articulação com o processo de transição agroecológica da Fazenda Lagoa do Sino, que representa um espaço privilegiado para práticas integradas de produção de alimentos saudáveis, educação nutricional, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento territorial com justiça social.

Por fim, a criação do curso de Nutrição no campus Lagoa do Sino reforça o papel da universidade pública na promoção do desenvolvimento regional, na redução das desigualdades e na formação de profissionais com compromisso ético, científico e social. A presença do curso fortalecerá as ações interdisciplinares e colaborativas no campus, consolidando-o como um polo de excelência voltado à saúde, à educação e à transformação da realidade local. É importante destacar que nenhum dos quatro campi da UFSCar oferece o curso de Nutrição, o que evidencia o caráter pioneiro desta proposta, ampliando ainda mais as opções de ingresso universitário.

2. Dados do Curso

Turno: Integral, com possibilidade de avaliação para turno noturno.

Vagas anuais: 40 a 50.

Duração: 5 anos (10 semestres).

Carga horária mínima: A carga horária mínima atual é de 3200 horas (MEC, 2004). Porém, já existe uma nova resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, mas ainda não homologada, que prevê uma carga horária mínima de 4000 horas.

Carga horária de estágio obrigatório: 1080 horas, sendo 360 em cada uma das seguintes áreas - Nutrição Clínica, Nutrição em Saúde Pública, Nutrição em Alimentação Coletiva.

Referências normativas:

- Resolução CNE/CES nº 5, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição - Ministério da Educação (MEC), 2001.
- Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/CES nº 329/2004 sobre “Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial - Ministério da Educação (MEC), 2004.
- Projeto de Resolução que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição (aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 2024 e aguardando homologação) - Ministério da Educação (MEC), 2024.

3. Alinhamento com Documentos Institucionais

3.1 Adequação da proposta ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

A criação do curso de Nutrição no campus Lagoa do Sino está alinhada às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar 2024–2028, especialmente no que se refere à interiorização do ensino superior público, à promoção da inclusão social e ao compromisso com o desenvolvimento regional. A proposta contribui para ampliar o acesso à educação superior em uma região com baixa oferta formativa e atende à missão institucional de formar profissionais comprometidos com a transformação social, a saúde pública e a justiça alimentar e nutricional.

O curso reforça ainda os eixos estratégicos do PDI ao promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão; ao compartilhar infraestrutura e disciplinas com os demais cursos do campus; e ao estimular ações voltadas à sustentabilidade, à saúde coletiva e à valorização de saberes locais. Trata-se de uma iniciativa coerente com o papel da UFSCar como agente de desenvolvimento humano, científico e socialmente referenciado.

3.2 Adequação ao Regimento Geral dos Cursos de Graduação

A proposta de criação do curso de Nutrição no campus Lagoa do Sino está em conformidade com os dispositivos do Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar, em especial os artigos 5º, 6º e 7º do Capítulo III, que estabelecem as diretrizes para a criação de cursos de graduação. O prosseguimento desta proposta deverá atender todos os requisitos normativos relativos à organização curricular, definição do perfil do egresso, objetivos do curso, estrutura de componentes curriculares, integralização da carga horária e articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, seguirá os trâmites institucionais previstos para submissão, análise e aprovação no âmbito dos órgãos colegiados desta universidade, assegurando a legalidade e a consistência acadêmica do processo.

3.3 Adequação à “Proposta para implantação do Campus Rural Lagoa do Sino da UFSCar”

A proposta de criação do curso de Nutrição está profundamente alinhada aos princípios fundadores do Campus Lagoa do Sino da UFSCar, conforme estabelecido no documento de sua implantação. Desde sua origem, o campus foi concebido com forte vocação extensionista e compromisso com a transformação social, especialmente voltado para a promoção do Desenvolvimento Sustentável Territorial, da Soberania e Segurança Alimentar e do

fortalecimento da Agricultura Familiar. A formação de nutricionistas em um território marcado por desigualdades sociais e desafios na garantia do direito humano à alimentação amplia o alcance desses eixos estruturantes, permitindo ações interdisciplinares voltadas à promoção da saúde, à valorização da cultura alimentar local, à agroecologia e ao apoio técnico e educacional a comunidades rurais, quilombolas, indígenas e tradicionais.

Além disso, o curso se insere na lógica pedagógica do campus, que valoriza a interdisciplinaridade, a inovação curricular e a integração entre ensino, pesquisa e extensão como meios de aproximar a universidade da realidade regional. A presente proposta foi elaborada considerando a possibilidade de articulação com os demais cursos do campus (como Engenharia de Alimentos, Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental, Ciências Biológicas e Administração), favorecendo a construção de projetos formativos interdisciplinares e a utilização compartilhada de recursos físicos e conhecimentos. Assim, o curso de Nutrição reforça a missão institucional do campus Lagoa do Sino, contribuindo para a consolidação de um modelo de universidade comprometido com o desenvolvimento local e com a produção de conhecimento socialmente referenciado.

3.4 Adequação ao relatório do GT Lagoa do Sino

A proposta de criação do curso de Nutrição no campus Lagoa do Sino da UFSCar está fortemente ancorada nos princípios delineados pelo Relatório Final do Grupo de Trabalho responsável pela implantação do campus, que reafirma o compromisso institucional com a promoção do desenvolvimento sustentável territorial, da soberania e segurança alimentar e com o fortalecimento da agricultura familiar. A formação de nutricionistas alinhada a esses eixos tem o potencial de contribuir significativamente para a qualificação das políticas públicas de saúde e alimentação, fortalecendo redes locais de cuidado, produção e promoção da saúde e da alimentação, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidades socioeconômicas.

A estruturação do curso também dialoga com a proposta pedagógica do Centro de Ciências da Natureza (CCN), que prioriza a interdisciplinaridade, a superação da fragmentação curricular e a integração entre diferentes áreas do conhecimento. Essa concepção favorece a articulação do curso de Nutrição com as demais graduações já existentes no campus – Engenharia de Alimentos, Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental, Ciências Biológicas e Administração – permitindo o desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa e extensão, além do compartilhamento de infraestrutura laboratorial e componentes curriculares em áreas básicas como biologia, química, bioquímica, microbiologia e fisiologia.

Essa abordagem integrada fortalece a formação de profissionais capazes de atuar de forma crítica e ética em diferentes espaços do sistema de saúde, de educação e de produção de alimentos, articulando saberes técnicos e sociais. A proposta contribui, assim, para consolidar a identidade do campus Lagoa do Sino como um espaço de inovação acadêmica voltado à transformação social e ambiental, reafirmando o papel da universidade pública como agente estratégico de desenvolvimento territorial sustentável e de valorização das comunidades locais.

3.5 Adequação ao relatório do GT Novos Cursos

A proposta de criação do curso de Nutrição no campus Lagoa do Sino dialoga diretamente com as recomendações e análises apresentadas no Relatório Final do Grupo de Trabalho “Novos Cursos”, especialmente no que diz respeito à expansão orientada pela missão social da universidade, à qualificação das ofertas formativas em áreas estratégicas e à valorização das demandas territoriais. O curso atende ao critério de relevância social apontado no relatório, ao contribuir com a ampliação da formação de profissionais da área da saúde em regiões marcadas por fragilidades nos indicadores sociais e por carência de acesso à educação superior pública.

Além disso, a Nutrição é uma área que, conforme reconhecido pelo GT, permite ações interdisciplinares com cursos já existentes no Centro de Ciências da Natureza e favorece o

aproveitamento de infraestrutura instalada, otimizando recursos e fortalecendo a integração acadêmica no campus. A proposta se alinha à orientação do GT de priorizar cursos com forte potencial de articulação com a realidade regional e com políticas públicas essenciais, como o SUS e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Destarte, o curso de Nutrição amplia a vocação do campus Lagoa do Sino como espaço de inovação curricular e de formação profissional comprometida com os princípios de equidade, inclusão e sustentabilidade. A formação proposta contribui para consolidar a UFSCar como uma universidade atenta às demandas contemporâneas do país, especialmente no enfrentamento das desigualdades territoriais e na promoção do desenvolvimento humano e social em regiões interioranas.

Por fim, a proposta de criação do curso de Nutrição no campus Lagoa do Sino está em sintonia com as conclusões do Relatório Final do Grupo de Trabalho “Novos Cursos” da UFSCar, que identificou uma forte demanda estudantil regional por cursos da área de “Saúde e bem estar”, como sendo a área de maior atratividade para os estudantes da região, e a segunda área em termos de opção de curso superior. Tal dado revela não apenas o alinhamento da proposta com os anseios da juventude local, mas também seu potencial de adesão e impacto social positivo. Ao conjugar alta demanda estudantil, inserção territorial e pertinência social, o curso se consolida como uma escolha estratégica para ampliar o acesso ao ensino superior em áreas prioritárias para o desenvolvimento humano e a equidade regional.

4. Atendimento às diretrizes do GT Lagoa do Sino

4.1 Diretrizes Intermediárias

- Caráter cívico: A Nutrição é um curso com ampla inserção social, capaz de responder às fragilidades do sistema público de saúde regional, contribuindo para políticas públicas e promoção da saúde.

- Ênfase humanista: Estudantes da região encontrarão apoio em ações de permanência, ensino contextualizado e atuação territorializada, respeitando suas origens e desafios, ampliando o sentimento de pertencimento da comunidade na universidade.

- Infraestrutura: O curso utilizará os seguintes laboratórios - Tecnologia de Alimentos, Biologia Celular e Genética, Bioquímica e Fisiologia Vegetal, Laboratório de Gestão, Inovação e Estratégia, Microbiologia, Processos Ambientais, Química - já existentes e consolidados pelos cursos atuais do campus. Também será possível utilizar o Ambulatório do campus para aulas práticas de disciplinas ligadas à nutrição clínica.

4.2 Diretrizes Específicas

A. Interesse regional: O Relatório do GT Novos Cursos (2025) identificou que mais de 20% dos estudantes entrevistados manifestaram interesse por cursos da área da saúde.

B. Turno alternativo: A proposta contempla estudo de viabilidade para turno noturno, como estratégia de ampliação do acesso à educação superior.

C. Laços com a comunidade: Nutricionistas atuarão em escolas, unidades de saúde, hospitais e organizações locais, fortalecendo o serviço público e a qualidade de vida no território.

D. Demanda excedente: Não há oferta pública regional no sudoeste paulista. No Estado de São Paulo, o curso de Nutrição é oferecido por instituições públicas apenas nos municípios de São Paulo (Faculdade de Saúde Pública - USP), Limeira (UNICAMP - Faculdade de Ciências Aplicadas), Ribeirão Preto (Faculdade de Ciências Médicas - USP), Botucatu (UNESP) e Santos (Campus Baixada Santista - UNIFESP). A relação candidatos/vaga chega a 22,0 na Unicamp (UNICAMP - 2024) e a 14,5 na USP (FUVEST, 2024), indicando alto interesse e demanda para o curso. No entanto, dentre as mencionadas universidades, apenas o curso da UNIFESP permite o ingresso através do SISU, havendo uma distância de mais de 300 km entre o campus UNIFESP Baixada Santista e a macrorregião onde está localizado o Campus UFSCar - Lagoa do Sino.

E. Educação Básica: Embora não forme professores, o curso tem impacto positivo na qualidade da alimentação escolar e na saúde infanto-juvenil.

F. Integração estrutural: A proposta aproveita a estrutura física, docente e técnica existente, maximizando recursos e ampliando a efetividade institucional de uso de recursos físicos e humanos.

5. Alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU

ODS 2 – Fome Zero: Inserção em políticas de alimentação escolar, segurança alimentar e promoção da agricultura familiar.

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar: Prevenção de doenças relacionadas à alimentação e promoção de hábitos saudáveis em todos os ciclos da vida.

ODS 4 – Educação de Qualidade: Formação de profissionais éticos, críticos, engajados com a transformação social.

ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis: Valorização de alimentos locais e redução do desperdício.

ODS 17 – Parcerias: Atuação articulada com agricultores familiares, comunidades quilombolas e indígenas, escolas, hospitais e entidades públicas.

6. Fragilidades da Proposta

- Provimento de laboratórios que específicos ou compartilhados focados em anatomia humana, farmacologia e epidemiologia (uma vez estabelecidos, estes poderão ser compartilhados com o curso de Ciências Biológicas e outros cursos aprovados na área de saúde humana e/ou animal).

- Transporte de estudantes entre o campus e unidades de saúde, hospitais e escolas da região.

- Ausência de um setor de estágios no campus Lagoa do Sino. É essencial que haja recursos humanos para organizar os estágios obrigatórios nas três áreas centrais do curso - Nutrição Clínica, Nutrição em Saúde Pública, Nutrição em Alimentação Coletiva.

- Limitação de serviços públicos no entorno do território, como hospitais e clínicas especializadas e multiprofissionais.

- Acesso limitado e localização do campus, que dificulta o trânsito e a aderência de estudantes e familiares na região.

7. Potencial de Pesquisa e Extensão

O curso de Nutrição favorecerá o desenvolvimento de linhas de pesquisa alinhadas às características socioculturais e produtivas da região sudoeste do estado de São Paulo. Entre os temas com grande potencial de investigação destacam-se as práticas alimentares tradicionais e os sistemas alimentares locais, o uso e a valorização de alimentos regionais, a identificação e aplicação de compostos bioativos oriundos da biodiversidade local, bem como estudos em saúde coletiva, nutrição em comunidades vulneráveis e transição agroecológica. Essas linhas poderão ser desenvolvidas em interação com comunidades quilombolas, indígenas e rurais da região, favorecendo uma atuação centrada no território e nas demandas sociais locais. Além disso, há perspectiva de articulação com programas institucionais de extensão da UFSCar, como o Programa de Educação Tutorial (PET) e as Residências Multiprofissionais em Saúde, fortalecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Cabe destacar que a complexidade dos problemas nutricionais demanda abordagens integradas e intersetoriais, capazes de considerar os sistemas alimentares locais, as desigualdades sociais e territoriais, os efeitos das mudanças climáticas e as múltiplas formas de opressão que incidem, de maneira multidimensional, sobre o direito à alimentação adequada e à saúde (Swinburn et

al., 2019). A produção científica tem sido consistente ao evidenciar que fatores como as mudanças climáticas, a insegurança alimentar e a degradação ambiental exercem impactos diretos sobre o estado nutricional das populações, com efeitos ainda mais acentuados em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica (Fanzo e Downs, 2021; Laine et al., 2021). Nesse cenário, o curso de Nutrição pode se integrar a projetos já existentes no campus voltados à agroecologia, à agricultura familiar e ao aproveitamento sustentável da biodiversidade, contribuindo com ações voltadas à alimentação saudável e sustentável. Isso inclui desde pesquisas sobre o valor nutricional de alimentos locais até intervenções comunitárias com foco em educação alimentar, valorização de sistemas alimentares tradicionais e promoção da saúde em escolas, unidades de saúde e comunidades rurais.

9. Considerações Finais

A proposta de criação do curso de Nutrição no campus Lagoa do Sino da UFSCar fundamenta-se em demandas sociais legítimas e em oportunidades estratégicas de impacto regional. Articulando ensino, pesquisa e extensão, o curso atenderá comunidades vulneráveis, contribuirá com políticas públicas e promoverá a inclusão e o desenvolvimento sustentável, em perfeita harmonia com os princípios institucionais da UFSCar. Além disso, a proposta valoriza o aproveitamento da infraestrutura física já existente no campus, bem como o compartilhamento de disciplinas e recursos humanos qualificados relacionados aos cursos de Engenharia de Alimentos, Engenharia Agrônoma, Engenharia Ambiental, Ciências Biológicas e Administração. A formação em Nutrição também apresenta alto potencial de fixação profissional na região, uma vez que possibilita atuação em cidades pequenas e médias, ampliando o retorno social da universidade pública. Soma-se a isso a expressiva demanda identificada por cursos da área da saúde por parte dos estudantes do entorno, reforçando a pertinência e a oportunidade desta proposta. A construção de um novo Hospital Regional Estadual (Jornal de Itapetininga, 2025), que está em curso em Itapetininga, município próximo ao campus, amplia ainda mais as possibilidades de formação prática e atuação dos futuros nutricionistas, com benefícios diretos à sociedade, ao poder público e aos serviços de saúde da região.

9. Referências bibliográficas

- Fanzo, J. C., & Downs, S. M. Climate change and nutrition-associated diseases. *Nature Reviews Disease Primers*, 7(1), 90, 2021.
- Laine, J. E., Huybrechts, I., Gunter, M. J., Ferrari, P., Weiderpass, E., Tsilidis, K., ... Vineis, P. (2021). Co-benefits from sustainable dietary shifts for population and environmental health: an assessment from a large European cohort study. *The Lancet Planetary Health*, 5(11), e786–e796, 2021.
- FUVEST, 2024. Disponível em: https://www.fuvest.br/wp-content/uploads/FUVEST_vestibular_2025_inscricoes_vagas.pdf (acesso em 04/07/2025).
- Jornal de Itapetininga, 2025. Disponível em: <https://www.jornaldeitapetininga.com.br/noticias/6172-construcao-do-novo-hospital-regional-estadual-de-itapetininga-e-iniciada> (acesso em 04/07/2025).
- Ministério da Educação (MEC). Projeto de Resolução que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição - Conselho Nacional de Educação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao> (acesso em 04/07/2025).
- Swinburn, B. A., Kraak, V. I., Allender, S., Atkins, V. J., Baker, P. I., Bogard, J. R., ... & Dietz, W. H. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: *The Lancet Commission report*. *The Lancet*, 393, 791–846, 2019.
- Unicamp, 2024. Disponível em: <https://www.comvest.unicamp.br/ingresso-2024/estudantes-2024-2/relacao-candidatos-vaga-1a-fase> (acesso em 04/07/2025).

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Proposta de Criação do Curso de Arquitetura e Urbanismo
Campus Lagoa do Sino – UFSCar

Proposta de Curso: Arquitetura e Urbanismo

Linha de Formação: Ambiente e Desenvolvimento territorial

Proponente: Professor Dr. Jorge Luis Rodrigues Pantoja Filho

Caracterização Institucional – Campus Lagoa do Sino (UFScar) e o Território

A criação do campus Lagoa do Sino da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em 2014, representou uma inflexão no modelo de expansão do ensino superior brasileiro ao consolidar uma universidade pública em uma região de predominância rural e histórico apagamento institucional. Localizado no município de Buri, no sudoeste paulista, o campus nasce a partir da doação da Fazenda Lagoa do Sino pelo escritor Raduan Nassar, um gesto que ultrapassa o ato fundiário e inaugura um projeto político-pedagógico voltado à justiça territorial, à democratização do saber e à valorização de regiões periféricas ao investimento estatal.

Apesar de sua expressiva produção agropecuária e da presença de comunidades tradicionais e agricultores familiares, o sudoeste paulista é atravessado por contradições estruturais: urbanização difusa, déficit de planejamento, precarização de assentamentos humanos e fragilidade ambiental. Trata-se de um território dinâmico e produtivo, mas carente de políticas públicas capazes de ordenar o uso do solo e promover a qualificação dos espaços urbanos e rurais.

Desde sua implantação, o campus integrou parte das edificações históricas da antiga fazenda, preservando estruturas vinculadas ao ciclo agrário regional. Essas construções, marcadas por influências luso-brasileiras, como os volumes horizontais, a simetria e o uso de materiais locais, e traços arquitetônicos de matriz europeia, especialmente francesa e italiana, testemunham o enraizamento histórico do campus. As novas edificações, por sua vez, respeitam a lógica construtiva vernacular, adotando princípios bioclimáticos como ventilação cruzada, iluminação natural e conforto térmico passivo. Trata-se de uma arquitetura que dialoga com o território não apenas formalmente, mas como expressão de uma racionalidade contra-hegemônica e ambientalmente comprometida.

Essa opção por uma arquitetura situada reforça o entendimento do espaço como construção política, simbólica e técnica. Como nos propõe Milton Santos (1996), o território é “o conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” — e é nessa inter-relação que se estrutura o projeto do campus: uma universidade que se inscreve no chão, mas também nos conflitos, nas histórias e nas possibilidades de transformação social. A técnica, como destaca Santos (2002), é “mediação entre o homem e o mundo”; nesse contexto, a arquitetura emerge como prática crítica, sensível e emancipadora.

É nesse solo(literal e simbólico), que se fundamenta a proposta do curso de Arquitetura e Urbanismo do campus Lagoa do Sino. Longe de reproduzir modelos abstratos e descolados da realidade, o curso buscará responder aos desafios concretos da região, marcada por discontinuidades espaciais, vulnerabilidades habitacionais e ausência de planejamento integrado. A proposta pedagógica visa formar profissionais aptos a intervir de forma crítica, ética e enraizada, promovendo soluções que articulem justiça social, sustentabilidade e reconhecimento das singularidades territoriais.

Em diálogo com os princípios fundadores do campus, interdisciplinaridade, inserção territorial, autonomia intelectual e ação transformadora, o curso se compromete com a formação de sujeitos que reconheçam o espaço como direito e como expressão da cidadania. Em uma região onde a arquitetura muitas vezes esteve ausente ou subordinada a interesses externos, a proposta do curso aponta para um novo paradigma: aquele que emerge da escuta, da participação e da co-construção do comum.

Linha de formação do Curso

A proposta formativa parte de uma abordagem interdisciplinar, ancorada no diálogo com os saberes locais e nas experiências cotidianas dos habitantes da região. Desde os primeiros anos, o curso será estruturado em torno de práticas projetuais integradoras, ações extensionistas, atividades de campo e parcerias com comunidades e gestores públicos. A formação visa capacitar estudantes para pensar e intervir de maneira crítica, colaborativa e sustentável, articulando as dimensões técnica, estética, ambiental, histórica e ética do espaço habitado, com especial atenção aos desafios do planejamento territorial em contextos rurais e urbanos marcados por desigualdades estruturais.

Ao propor uma formação comprometida com os desafios reais do sudoeste paulista, o curso reafirma os princípios fundadores do campus Lagoa do Sino: transformação social, desenvolvimento territorial sustentável, enraizamento institucional e articulação entre universidade e território. Em uma região em que o espaço urbano e rural foi historicamente negligenciado pelo poder público, o curso representa a possibilidade de redesenhar coletivamente os lugares que habitamos, promovendo práticas projetuais voltadas à equidade territorial.

Assim, o campus não se apresenta apenas como infraestrutura física, mas como projeto político-pedagógico que alia conhecimento técnico, engajamento social e sensibilidade cultural. A criação do curso de Arquitetura e Urbanismo, neste cenário, é não apenas coerente, mas urgente: um passo decisivo na direção de um território mais justo, planejado e construído a partir do comum.

Critérios que justificam a implantação do curso

1. Diálogo com os Cursos já Existentes no Centro

A criação do curso de Arquitetura e Urbanismo no campus Lagoa do Sino dialoga de forma estruturante com os cursos já consolidados na unidade, em especial Ciências Biológicas, Administração, Engenharia Ambiental, Engenharia Agrônômica e Engenharia de Alimentos. Mais do que o simples compartilhamento de disciplinas ou infraestrutura, essa relação expressa um projeto acadêmico integrado, capaz de produzir conhecimento a partir das especificidades territoriais e de formar profissionais comprometidos com as transformações sociais, ambientais e espaciais da região.

A interlocução com Ciências Biológicas fortalece a compreensão dos processos ecológicos que moldam a paisagem e as dinâmicas do meio físico e biótico. O entendimento sistêmico dos ecossistemas e do bioma local contribui para uma abordagem projetual que respeite os limites ambientais, promova soluções bioclimáticas e incorpore estratégias de infraestrutura verde, restaurando conexões entre a natureza e a cidade.

Com o curso de Administração, abrem-se possibilidades de articulação em temas fundamentais ao planejamento urbano e regional, como políticas públicas, gestão de projetos, economia urbana e governança local. Essa interface qualifica a formação de futuros profissionais capazes de atuar em contextos complexos, exigindo habilidades não apenas projetuais, mas também de análise institucional, articulação intersetorial e mediação entre múltiplos atores sociais.

A presença das Engenharias no campus amplia ainda mais o escopo da interdisciplinaridade. A Engenharia Ambiental oferece fundamentos técnicos essenciais à concepção de sistemas de saneamento, drenagem urbana, gestão de resíduos e infraestrutura resiliente, especialmente relevantes em contextos marcados por déficit de serviços urbanos básicos e vulnerabilidades ambientais. Essa interlocução contribui para projetos que aliam desempenho técnico, viabilidade ambiental e justiça territorial.

A Engenharia Agrônoma introduz no debate a dimensão do uso da terra, da produção agrícola e da configuração do espaço rural. A partir dessa interface, é possível desenvolver propostas voltadas à qualificação do habitat rural, à infraestrutura de assentamentos e à integração entre produção e conservação. O curso de Arquitetura e Urbanismo se beneficia, nesse contexto, da possibilidade de atuação em projetos de habitação rural, centros comunitários, equipamentos públicos e paisagens produtivas, com base na agroecologia e na valorização dos saberes locais.

Com a Engenharia de Alimentos, o diálogo se materializa principalmente na concepção e readequação de agroindústrias, tema recorrente nas experiências extensionistas do campus. A atuação conjunta entre as áreas permite a elaboração de projetos arquitetônicos para unidades de beneficiamento de alimentos, respeitando exigências sanitárias, fluxos produtivos, sustentabilidade e adequação normativa. Essas experiências reforçam a dimensão social da arquitetura e sua contribuição para o fortalecimento da economia solidária e da soberania alimentar.

A infraestrutura existente no campus, composta por salas de aula, laboratórios básicos, biblioteca, áreas abertas e espaços compartilhados, oferece condições adequadas para o início das atividades do curso. A expansão de ambientes específicos, como ateliês de projeto, laboratórios de materiais e espaços de experimentação construtiva, poderá ocorrer de maneira progressiva, com planejamento responsável e alinhado aos princípios de aproveitamento racional dos recursos e sustentabilidade.

Por fim, a forte inserção territorial do campus junto a agricultores familiares, comunidades tradicionais, assentamentos e coletivos populares constitui um diferencial

fundamental. Esse enraizamento institucional proporciona aos estudantes um contato direto com os desafios e as potências do território, estimulando desde os primeiros semestres uma formação prática, situada e politicamente engajada.

O curso de Arquitetura e Urbanismo surge, assim, como parte de um ecossistema formativo que valoriza a construção coletiva do conhecimento, a interdisciplinaridade aplicada e a atuação transformadora. Em um território marcado por carências históricas de planejamento e desigualdades estruturais no acesso à cidade e ao campo, formar profissionais capazes de pensar e intervir no espaço é, antes de tudo, um compromisso ético com o futuro.

2. Expansão institucional estratégica e coerência com a missão universitária

A criação do curso de Arquitetura e Urbanismo no campus Lagoa do Sino representa uma ampliação significativa da atuação formativa da UFSCar, com elevada pertinência social diante das demandas políticas, econômicas, culturais e ambientais que marcam o sudoeste paulista. Trata-se de uma região profundamente tensionada por processos históricos de exclusão territorial, marcada por conflitos por terra e por água, ocupações desordenadas, carência de planejamento urbano e rural, fragilidade da infraestrutura básica e vulnerabilidades ecológicas resultantes da fragmentação de ecossistemas. Tais condições impõem à universidade pública o desafio de produzir conhecimento situado, comprometido com a transformação do território e com a promoção da justiça espacial.

Nesse contexto, o curso propõe uma formação crítica e técnica que prepare profissionais para atuar em múltiplas escalas da realidade socioespacial, desenvolvendo competências em projeto, planejamento e gestão de territórios complexos, desiguais e historicamente negligenciados pelas políticas públicas. Sua implementação atende à necessidade de formar agentes capazes de articular as dimensões simbólicas e materiais do espaço, compreendendo as interações entre cultura, meio ambiente, infraestrutura e formas de vida. Do ponto de vista econômico, o curso responde à crescente demanda por profissionais aptos a intervir em processos de requalificação urbana, habitação de interesse social, regularização fundiária, acessibilidade, mobilidade e sustentabilidade, áreas que se tornam ainda mais estratégicas frente às exigências de transição ecológica, a transição energética e inclusão produtiva. Culturalmente, o curso se alinha à valorização dos saberes locais, das práticas construtivas regionais e das expressões comunitárias, contribuindo para um projeto de desenvolvimento enraizado e respeitoso às identidades territoriais.

A proposta se articula ainda com os cursos já existentes no campus, como Ciências Biológicas, Administração e as Engenharias, formando um ecossistema acadêmico de alta densidade interdisciplinar. Essa integração fortalece a formação dos estudantes e amplia a capacidade institucional da UFSCar de responder a desafios sociais complexos por meio de práticas formativas integradoras, extensionistas e territorializadas. Ao consolidar uma formação superior de excelência, o curso reafirma a missão da universidade pública como instância de construção de cidadania, emancipação e justiça socioambiental.

Outro ponto interessante da construção desse curso é fortemente alinhado a políticas públicas nacionais e internacionais voltadas ao desenvolvimento urbano e territorial. Sua

proposta converge com o Plano Nacional de Educação, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (especialmente ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, e ODS 10 – Redução das Desigualdades) e com diretrizes da Nova Agenda Urbana da ONU. Além disso, responde a demandas concretas por formação qualificada em habitação, mobilidade, infraestrutura e planejamento em territórios populares, contribuindo para a promoção da justiça espacial e para a efetivação do direito à cidade e ao território.

3. Oferta do curso em outras instituições da região

A oferta pública de cursos de Arquitetura e Urbanismo no sudoeste paulista é reduzida. As instituições públicas mais próximas estão localizadas em Bauru, Campinas e São Paulo, o que representa distâncias superiores a 150 km do campus. A maioria das ofertas disponíveis na região é privada e concentrada em centros urbanos maiores, com mensalidades pouco acessíveis à população de menor renda. A proposta da UFSCar destaca-se por ser pública, gratuita e orientada por um projeto pedagógico comprometido com os desafios locais e regionais, o que amplia significativamente o acesso à formação superior crítica em uma área historicamente elitizada.

4. Infraestrutura Disponível no Centro - Implantação do Curso de Arquitetura e Urbanismo

O campus Lagoa do Sino dispõe de infraestrutura compatível com a fase inicial do curso, incluindo salas de aula, biblioteca, laboratórios básicos e espaços multiuso. As atividades de projeto, representação gráfica, introdução ao urbanismo e disciplinas teóricas podem ser implantadas com os recursos já disponíveis. A implantação progressiva de ateliês de projeto, laboratórios de materiais e espaços de experimentação técnica poderá ser planejada em consonância com os itinerários formativos. Desse modo, o curso terá duração de 5 anos (10 semestres), será ofertado no turno vespertino e contará, inicialmente, com 50 vagas anuais, número compatível com a capacidade instalada e com o perfil de expansão gradual previsto para a unidade. A realidade territorial do campus também oferece um “laboratório vivo”, onde práticas extensionistas e projetos integradores poderão ser desenvolvidos em diálogo direto com comunidades e territórios da região.

Ademais, o campus conta com docentes qualificados em áreas que dialogam diretamente com os componentes curriculares iniciais do curso, como políticas públicas, ciências ambientais, sociologia, ecologia e gestão territorial.

5. Taxa de empregabilidade

Arquitetos e urbanistas têm amplo campo de atuação profissional em instituições públicas, organizações da sociedade civil, escritórios privados e empreendimentos coletivos. A demanda é crescente por profissionais com formação voltada à habitação de interesse social, regularização fundiária, mobilidade urbana, acessibilidade, sustentabilidade e

planejamento participativo. A atuação junto a programas federais como o Minha Casa Minha Vida, iniciativas de urbanismo social e projetos em áreas rurais ou periféricas reforça a empregabilidade, sobretudo de profissionais com perfil crítico e atuação territorializada. A média salarial dos arquitetos e urbanistas varia conforme a área de atuação e o vínculo contratual. Em cargos técnicos em prefeituras e instituições públicas, os rendimentos podem ultrapassar R\$5.000,00 (cinco mil reais) especialmente com dedicação exclusiva e participação em programas federais.

6. Fragilidades identificadas

A consolidação do curso demandará, ao longo do tempo, a ampliação do quadro docente, especialmente em áreas como projeto, urbanismo, representação gráfica, conforto ambiental e tecnologias construtivas. Embora o campus disponha de professores aptos a assumir os componentes iniciais, a continuidade e a diversificação da formação exigirão a incorporação de profissionais com especializações distintas. Soma-se a isso a necessidade de reforço da equipe técnico-administrativa, fundamental para o suporte às atividades de ensino e às práticas acadêmicas. Tais fragilidades são esperadas em processos de implantação e podem ser superadas com planejamento institucional e compromisso com a consolidação gradual e qualificada do curso

Conclusão

A criação do curso de Arquitetura e Urbanismo no campus Lagoa do Sino representa uma iniciativa estratégica da UFSCar no fortalecimento da interiorização do ensino superior público, com compromisso territorial, interdisciplinaridade e justiça social. Ancorada nas potencialidades da região e nas lacunas históricas de planejamento urbano e rural, a proposta contribui para a formação de profissionais capazes de intervir criticamente nos espaços da vida coletiva, promovendo cidades e territórios mais justos, sustentáveis e inclusivos. Trata-se de um passo firme na consolidação da universidade como agente ativo na transformação do território e na construção de futuros mais equitativo

Referências

Ching, F. D. K. (2014). Interior Design Illustrated. Wiley.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Tuttle, T. (2018). The Interior Design Reference & Specification Book. Rockport Publishers.